

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

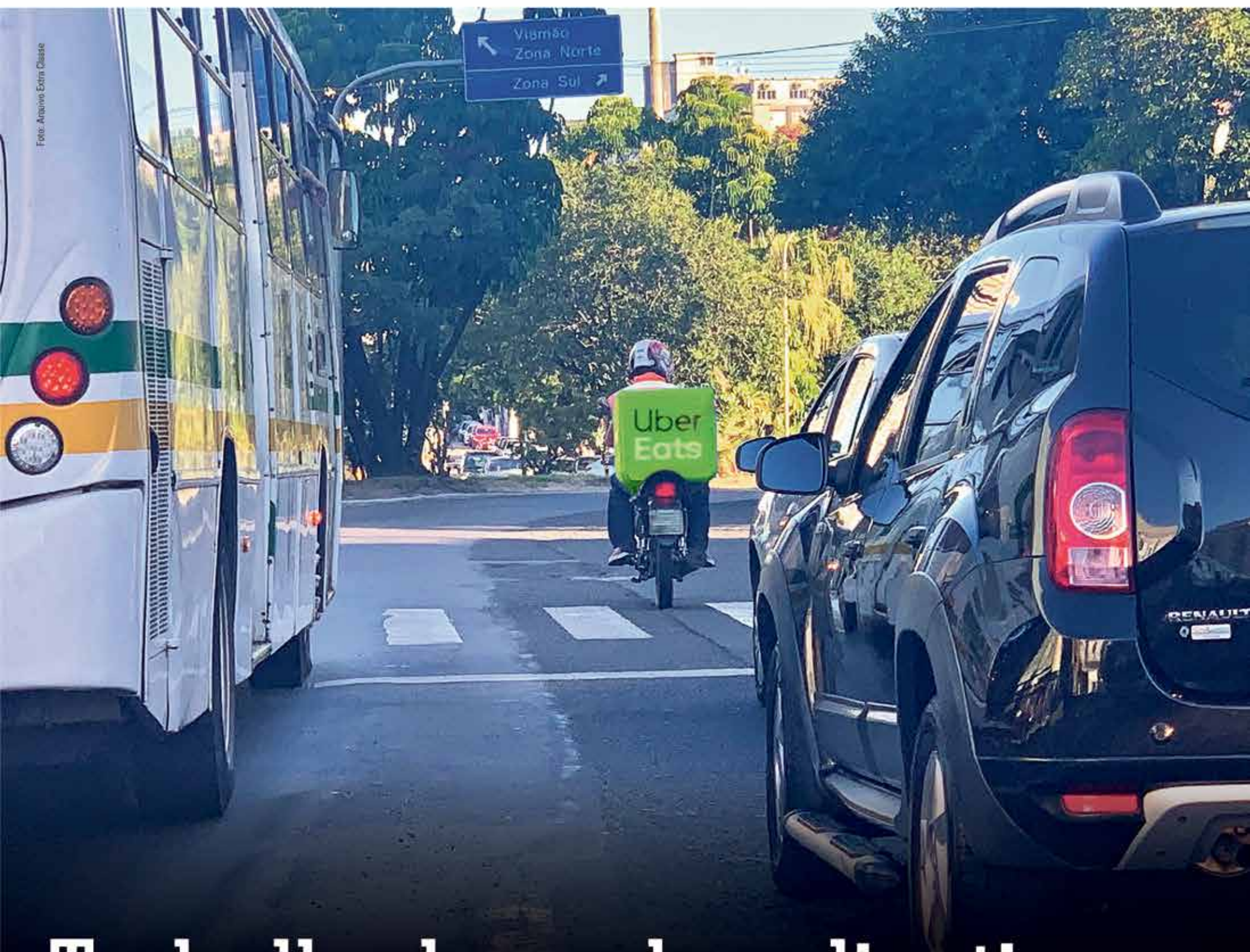
ANO 25 | Nº 241 | MARÇO DE 2020

ENTREVISTA

A jurista Gisele Cittadino analisa os constantes ataques sofridos pela democracia no Brasil

EDUCAÇÃO

Cinco professoras negras desenvolvem projeto de educação antirracista



Trabalhadores de aplicativos cumprem jornadas do século 19

Adoecimento, acidentes e até mortes súbitas acabam vitimando cada vez mais pessoas que buscam uma fonte de renda no trabalho sem vínculos da "uberização"

04 ENTREVISTA

A jurista Gisele Cittadino analisa os ataques que a democracia brasileira vem recebendo

08 EDUCAÇÃO

Iniciativa de cinco professoras negras cria projeto de educação antirracista

11 WEISSHEIMER

Crescem os episódios de barbárie embalados nos discursos de ódio propagados pelo governo

12 IDEIAS

O monge beneditino alemão Anselm Grün fala sobre tempo perdido e tempo aproveitado

14 ESPECIAL

Trabalhadores de aplicativos, sem direitos ou vínculos, cumprem jornadas diárias do século 19

18 ENSINO PRIVADO

Inicia a Campanha Salarial 2019 do ensino privado com realização de Assembleia regionalizada

22 INTERVALO

Professor de História ensina em pré-vestibulares populares

23 ROLIM

Movimentos populares no Chile e o cenário de desigualdade social que os motivou

24 ARTE +

Uso das artes visuais para reivindicar área de preservação em local degradado em Alvorada

Homem-uber não é übermensch

Vivemos num mundo em que as relações de trabalho são cada vez mais frágeis e destituídas de vínculos. Que transformou-se em um mundo em que uma pessoa precisa trabalhar até 16 horas por dia, em muitos casos. Um mundo em que donos de frotas com mais de cem veículos podem subcontratar motoristas sob a alegação amparada na Reforma Trabalhista de que está alugando o carro para "empreendedores" autônomos e *freelancers*. Um mundo que já foi retratado como distopia em histórias de ficção científica escritas no pós-guerra, a partir dos anos 40 do século 20 e que tornou-se uma realidade piorada, para muito além da imitação das obras de arte.

Presenciamos um século 21 que lembra em muito as exaustivas jornadas de trabalho do começo da Revolução Industrial nos séculos 18 e 19. Pois foi justamente neste período histórico que houve um grande salto tecnológico, iniciado na Inglaterra e que se espalhou pelo mundo, causando grandes transformações e também conflitos entre classes sociais, em paralelo às guerras entre países por questões de mercado e interesses geopolíticos.

Apesar da disputa entre os donos dos meios de produção e os que possuíam apenas a força de trabalho, a Revolução Industrial garantiu o surgimento da indústria e consolidou a implantação do capitalismo como o conhecemos. Dessa tensão entre patrões e empregados, ao longo dos últimos três séculos, se construíram pactos e regramentos de bem-estar social, com mediação do Estado, que bem ou mal, principalmente na segunda metade do século 20, trouxeram algum regramento e amparo às classes trabalhadoras.

Estamos agora no auge de um novo salto tecnológico. Habitamos hoje, em pleno século 21, um planeta altamente consumista, com fortíssima concentração de riqueza em menos de 10% da população mundial. Um planeta onde a força de trabalho na indústria foi e segue

sendo substituída em larga escala por robôs. O que obviamente gera grandes índices de desemprego.

No coração dessa nova era tecnológica está a inteligência artificial, que possibilita a distribuição de bens e serviços por meio de aplicativos, utilizando a força de trabalho de uma imensa massa de jovens desempregados e experientes egressos do mundo formal sem espaço para recolocação. A tudo isso chamamos de Sociedade Pós-industrial. Uma sociedade em que o homem-uber está muito longe de ser o super-homem de Nietzsche (*übermensch*), e cada vez mais próximo de um sub-homem, que precisa sobreviver em subempregos com sub-remuneração num ritmo acelerado e muitas vezes exposto a acidentes e doenças típicas do excesso.

Enquanto isso, a concentração de riqueza continua no topo da pirâmide e os aparatos de mediação do Estado cada vez mais fragilizados pelo desmonte resultante de uma visão ultraliberal, caso do Brasil. O futuro é incerto e os prognósticos nada otimistas. Se possível, boa leitura e um bom começo de década de 20.

Foto: Igor Sperotto



EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Cristina Ávila, Cristiane O. Berwanger, Marcelo Menna Barreto e Marcia Santos

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615
denise.benites@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900
extraclasse.org.br fb.com/jornalextraclasse

Morte de 530 bebês indígenas após saída de médicos cubanos

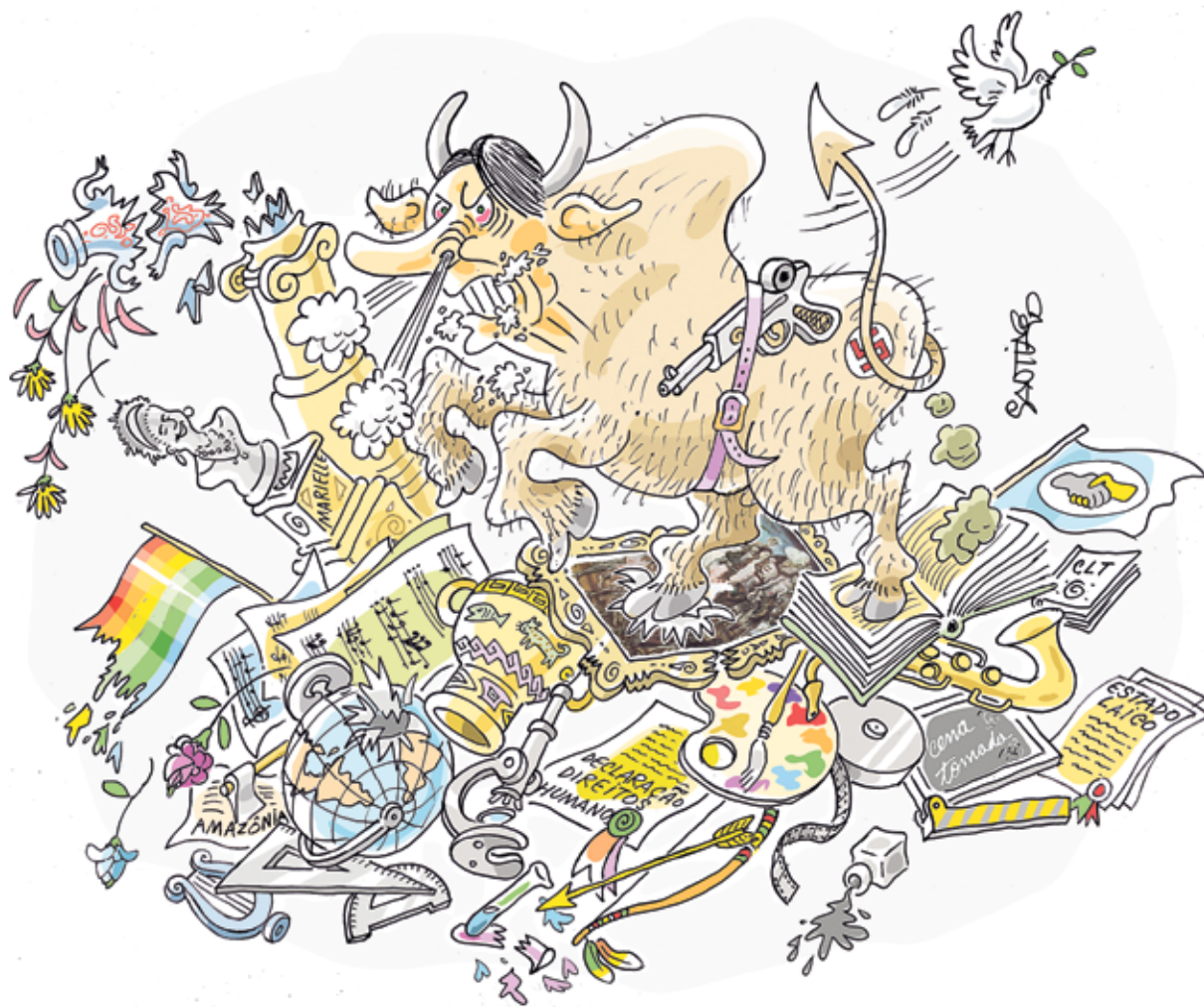
Após saída de médicos cubanos, as mortes de bebês indígenas cresceram 12%. Depois de conseguir chegar a níveis historicamente muito baixos no período que coincidiu com a execução do Programa Mais Médicos, a mortalidade de bebês indígenas voltou a subir em 2019, após saída dos médicos cubanos que atuavam pelo programa, retornando aos patamares anteriores à iniciativa. Os dados são do Ministério da Saúde e da Lei de Acesso à Informação. Entre janeiro e setembro de 2019 — último mês com estatísticas disponíveis —, morreram 530 bebês indígenas com até um ano de idade. Esta alta de 12% é em relação ao mesmo período de 2018. Indígenas e especialistas no setor citam entre as causas para o aumento o fim do convênio entre o Mais Médicos e o governo de Cuba, ocorrido no final de 2018, além de mudanças na gestão da saúde indígena no governo Jair Bolsonaro. Já no mês seguinte ao fim do convênio com Cuba, em janeiro de 2019, 77 bebês indígenas morreram — o índice mais alto para um único mês desde meados de 2010. A denúncia foi feita em reportagem da BBC Brasil.

Evo não fraudou eleição, diz Washington Post



Foto: José Cruz/ABr

Deu no Washington Post que especialistas do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) John Curiel e Jack R. Williams constataram que as últimas eleições da Bolívia, realizadas em outubro de 2019, não foram fraudadas. A tese contraria o relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA), que provocou o golpe que resultou na renúncia e exílio então presidente Evo Morales. Os pesquisadores publicaram um artigo no final de fevereiro no jornal norte-americano em que demonstram não haver qualquer evidência científica de que houve fraude. Será que houve fraude nos levantamentos da OEA que alimentaram o golpe?



Março pela democracia

Partidos de oposição, OAB, Associação Brasileira de Imprensa, CNBB, centrais sindicais e entidades dos movimentos sociais, reunidos no último dia 3 de março, em Brasília, definiram a agenda em defesa da democracia que se estende por todo o mês de março. A mobilização tem ênfase em manifestações concentradas nos dias 8, 14 e 18 de março, convocadas pelas centrais sindicais e pelos diretórios nacionais do PSol e do PT.

No dia 18 de março ocorre o *Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público, Estaduais, Emprego e Salário, Soberania, Defesa da Amazônia e Agricultura Familiar*. Conforme Sérgio Nobre, presidente nacional da CUT, ocorrerão mobilizações nos locais de trabalho, paralisações e atos nas principais capitais e cidades do interior.

"As medidas neoliberais do governo de Bolsonaro e do ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, têm retirado direitos dos trabalhadores, a economia patina, sem dar sinais de recuperação, e o patrimônio nacional é colocado à venda para estrangeiros a preço de banana", explica.

Nobre ainda cita outras decisões do governo que têm atrapalhado a vida de milhões de brasileiros, como a dificuldade em ter acesso à aposentadoria e outros benefícios da Previdência Social, com o caos que impera no INSS.

"As filas para receber o Bolsa Família só aumentam, mais de 12 milhões de brasileiros e bra-

sileiras estão desempregados e mais de 50% da população na informalidade.

Isso sem contar o crescimento do número de pessoas em situação de rua em todo país. E para piorar não existe nenhuma política no sentido de reverter este cenário, pelo contrário. Eles odeiam tudo que é público, tudo que é estatal e não escondem isso", destaca o dirigente da CUT.

A agenda de mobilização também é uma resposta aos atos convocados pelo presidente Jair Bolsonaro contra o Congresso Nacional e o STF para o dia 15 de março.

As datas referências são:

8 de março – Dia Internacional de Luta das Mulheres;

14 de março – Dois anos do assassinato da vereadora Marielle Franco;

18 de março – Greve Nacional da Educação.



Foto: Roberto Parizotti/CUT/Divulgação

Democracia em xeque



Fotos: Arquivo Pessoal

por Marcelo Menna Barreto

Gisele Cittadino, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio é fundadora da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e integrante do Grupo Prerrogativas, um coletivo de personalidades vinculadas ao Direito – professores, advogados, promotores, juízes – comprometidos com a defesa dos direitos da cidadania, das prerrogativas dos advogados e do Estado Democrático de Direito. Nessa entrevista ao Extra Classe, a jurista que foi uma das organizadoras do livro *A Resistência ao Golpe de 2016* avalia os constantes ataques ao modelo democrático. Ela diz se surpreender com aqueles que imaginam um Bolsonaro inteligente, articulado, politicamente hábil, capaz de inaugurar um método político eficaz e entende que o presidente sabe muito bem que não será afastado do poder por cheques mal explicados, por “rachadinhas” com os assessores, por corrupção na máquina governamental ou nem mesmo por envolvimento em crimes mais graves, desde que entregue aquilo que prometeu aos setores financeiros e políticos que o apoiam.

Extra Classe – Recentemente o presidente Jair Bolsonaro compartilhou uma convocação de seus apoiadores para um manifesto contra o Congresso Nacional. Como a senhora vê isto?

Gisele Cittadino – Do ponto de vista jurídico, não há dúvidas de que o presidente da República cometeu crime de responsabilidade. Ao divulgar via redes sociais uma convocação não apenas contrária ao Congresso Nacional, mas também ao Supremo Tribunal Federal, o presidente violou o item 2 do artigo 85 da Constituição de 1988. Se os criminalistas me permitirem uma brincadeira, o crime de responsabilidade na gestão de Jair Bolsonaro é uma espécie de crime continuado, pois o presidente já violou o decoro divulgando vídeo pornográfico, abusou do poder quando exonerou servidor público que o havia multado ou determinou a comemoração do golpe de Estado de 1964, manifestou-se de forma hostil em relação a um país estrangeiro e praticou “pedaladas fiscais”. Qualquer desses atos seria motivo para um pedido de impedimento por crime de responsabilidade. Ao mesmo tempo, todos nós sabemos que essa prática não terá fim. Alguns dizem que o presidente da República é inimputável. Eu não chegaria tão longe – talvez por não administrar a angústia de saber que meu país está entregue nas mãos de um doente mental – mas tenho convicção que Bolsonaro tem um psiquismo limitado e incapaz de lidar com a crítica, com a alteridade ou internalizar limites.

EC – Se por um lado houve reações à atitude do presiden-

te, muitas pessoas ainda acham que elas não estão à altura. Como fica?

Gisele – O problema é que os responsáveis pela eleição do presidente não têm alternativa. Uma das primeiras reações institucionais foi a do decano do STF, ministro Celso de Mello. As dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal tardaram, e em menos de uma semana após a agressão sofrida, estes parlamentares já colocam panos quentes na ação do presidente que, de tão aparvalhado, se desculpa – como das outras vezes – mentindo de forma descarada. Ainda que a reação imediata da grande imprensa tenha sido dura, já iniciaram a fase dos elogios à condução econômica do governo. E assim será até a próxima manifestação de descontrole de Bolsonaro, pois do ponto de vista das elites políticas não há muito o que fazer. A verdade é que quase nada mudou desde o processo eleitoral. A direita liberal segue sem nenhuma alternativa política sólida, e apenas testam nomes “alternativos” como os de Luciano Huck ou Sergio Moro. Quanto ao grande eleitorado de Bolsonaro nas camadas populares, a agressão ao Congresso Nacional pode até mesmo soar positivamente.

EC – Não lhe parece irônico o fato de uma das manifestações mais contundentes contrárias à convocação dos protestos ter partido exatamente de um ex-ministro de Bolsonaro, o general Santos Cruz?

Gisele – As Forças Armadas no Brasil hoje estão longe de ser

um grupo monolítico. Isto significa que há inteligência e pessoas qualificadas entre os militares, dirigindo espaços acadêmicos e interagindo com parte da intelectualidade brasileira. Há ainda uma grande diferença entre uma velha elite militar aposentada e o setor que construiu sua trajetória profissional sob a égide da Constituição Federal. Importante também considerar o fato de que Bolsonaro tornou-se capitão apenas depois que saiu do Exército. É interessante, então, imaginar uma relação hierárquica que subordina um general a um capitão que emocionalmente se descontrola e intelectualmente deixa muito a desejar. Santos Cruz não foi o primeiro militar a deixar o governo e alguns solicitaram que suas fotos fossem retiradas dos cards que convocam a manifestação para o dia 15 de março.

EC – Também há aqueles que acreditam que Bolsonaro, com seus avanços e recuos, está fazendo uma espécie de teste com a sociedade brasileira. Que é um método. Já, por outro lado, há os que acreditam que ele é um voluntarista. O que é de fato?

Gisele – Fico muito surpresa com aqueles que imaginam um Bolsonaro inteligente, articulado, politicamente hábil, capaz de inaugurar um método político eficaz. Seria uma espécie de criatura cindida daquele velho Bolsonaro que ameaçava colegas de estupro, roncava nas sessões do Parlamento e jamais apresentou um único projeto de lei. Acredito, sim, que no governo Bolsonaro, enquanto o presidente coloca em risco sua

própria sobrevivência política, há um grupo que opera no sentido de aproveitar tais espaços abertos pelos escândalos para aprovar alterações no Estatuto da Reforma Agrária ou organizar mais um leilão do Pré-Sal, por exemplo. Afinal, diante da ausência de alternativas, foi para isso que as elites brasileiras viabilizaram a eleição do atual presidente. Enquanto for possível politicamente articular a aliança entre um voluntarista desbocado e destemperado com um projeto econômico que prioriza os interesses do capital financeiro, será isso que teremos.

EC – Praticamente todos os editoriais da imprensa nacional falaram da necessidade de parar os rompantes do presidente, inclusive com um impeachment. Se, de fato, temos um presidente que está cometendo crimes de responsabilidade atentando contra a democracia, por que uma atitude mais forte ainda não foi tomada?

Gisele – Como eu disse, as elites brasileiras não tiveram alternativa na eleição passada e permanecem na mesma situação. Bolsonaro nunca foi a primeira opção daqueles que engendraram o golpe de 2016. Na avaliação das elites, era preciso por fim a era petista e, para isso, as muitas e diversas oposições ao Partido dos Trabalhadores não tiveram a paciência nem a responsabilidade política de optar pela via eleitoral. E assim, mediante um acordo do qual participam Judiciário, Ministério Público, parlamentares de oposição, imprensa e parte do empresariado nacional e internacional, o governo petista é apeado



Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?



O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: sinprors.org.br/casadoprofessor | Reservas: (51) 4009.2988



do poder mediante um processo político que utiliza um verniz jurídico. O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff foi apenas o primeiro capítulo de uma guerra jurídica, de um processo de *lawfare*, ou seja, do uso da normatividade vigente com a finalidade de perseguir adversários políticos, que atingirá o seu ápice com a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito da operação Lava Jato. Uma vez obtida a retirada de Lula do processo eleitoral, em um dos processos mais vergonhosos da história do Judiciário brasileiro, a opção Bolsonaro ainda não estava incluída na lista das nossas elites.

EC – Qual o papel das grandes empresas de mídia nisso tudo?

Gisele – A grande imprensa havia iniciado um forte processo de criminalização da política com o objetivo de atingir o Partido dos Trabalhadores. Mas nem tudo deu certo, pois Lula não só continuava a ser um nome imbatível, como esse processo de criminalização enlameou a política e os políticos como um todo. Se, de um lado, o Judiciário assegurou a não participação no processo eleitoral do ex-presidente Lula, Geraldo Alckmin, o candidato do PSDB e o preferido das nossas elites, estava ferido de morte e seu partido se tornara uma frágil sombra do seu passado. É nesse contexto de falta de alternativa política que Bolsonaro se torna a única opção antipetista, tendo bem se apropriado do discurso antipolítica, mesmo que ele tenha dela sobrevivido nos últimos 28 anos antes do processo eleitoral.

EC – Existe uma corrente que atribui esse desejo de golpe ao fato de ficar cada vez mais evidente a ligação dos Bolsonaros com ilícitos e que num Estado autoritário eles se preservariam. Um exemplo foi a exposição da família como o caso do miliciano morto na Bahia e logo depois de declarações sobre conversas plantadas nos celulares do morto em poder da polícia. Essa tese se confirma?

Gisele – Bolsonaro sabe melhor do que qualquer um de nós

que não será afastado do poder por cheques mal explicados, por “rachadinhas” com os assessores, por corrupção na máquina governamental ou nem mesmo por envolvimento em crimes mais graves. Desde que sua equipe de governo entregue aquilo que prometeu, o presidente pode desfilhar nas rampas do Planalto sem ser incomodado. Em outras palavras, desde que desmonte as burocracias de bem-estar social construídas na era petista, privatize as empresas estatais, limite os gastos do Estado e atue de acordo com os interesses do setor financeiro, Bolsonaro entregará a faixa presidencial em 2022 ou a colocará em seu próprio pescoço se for reeleito. Ocorre, no entanto, que Bolsonaro, por suas fragilidades pessoais, pode ser inimigo de Bolsonaro. O projeto econômico do governo requer um mínimo de estabilidade política, que, vejam só, não é ameaçada pelas forças da oposição, mas sim pelo voluntarismo e pelas fragilidades psíquicas que fazem do presidente da República uma força disruptiva.

EC – A senhora foi uma das organizadoras do livro *A Resistência ao Golpe de 2016*. Existe um correlacionamento dos fatos que culminaram com o *impeachment* da presidente Dilma com os fatos que estão acontecendo hoje?

Gisele – Mais do que um correlacionamento, há uma linha de continuidade. O processo político que culminou com o impedimento da presidente Dilma Rousseff tem o mesmo DNA antidemocrático que caracteriza os tempos atuais. É preciso lembrar que no mesmo dia em que o resultado eleitoral foi divulgado, Aécio Neves, o candidato derrotado, anunciou que não aceitaria a decisão tomada pela maioria do povo brasileiro. A partir daí, já em uma conjuntura de crise econômica, o segundo mandato da presidente reeleita é marcado por ataques sucessivos provenientes das “pautas bombas” do Legislativo e dos editoriais da grande imprensa, que passam a criminalizar a atividade política em seu conjunto. Essa conjuntura de crítica da política permanece

inalterada. Afinal, basta observar o general Heleno descrevendo os atuais parlamentares como chantageistas ou Bolsonaro insistindo na escolha exclusivamente técnica de seus ministros, quando, na verdade, seus principais colaboradores violam o interesse público e implementam decisões que favorecem exclusivamente grupos políticos amigos.

EC – A democracia brasileira está em risco? Podemos reverter?

Gisele – A democracia brasileira não está em risco neste momento apenas. Na verdade, ela sempre esteve em perigo e sob permanente ameaça. Nos habituamos com uma certa normalidade constitucional e ignoramos os sinais emitidos por nossas elites racistas e patrimonialistas. Desde 2005, no episódio nomeado pela imprensa como “mensalão”, já estava claro que não se permitiria – pelo menos pela via democrática – a incorporação de parte da população brasileira ao conjunto da nação. O Brasil sempre foi um país destinado a apenas 40% da sua população, e isso permanece como a herança maldita da escravidão e do histórico processo de privatização do público por grupos oligárquicos, ainda que estes mudem ao longo do tempo. A ideia de um país inclusivo, soberano e democrático é inteiramente incompatível com o projeto de poder das nossas elites. De outra parte, as nossas camadas populares, habituadas à violência e ao impedimento à participação política, por vezes encontram boas alternativas pela via eleitoral. No entanto, este caminho costuma ser igualmente cerceado, como ocorreu com Vargas, Goulart ou Dilma.

EC – Estamos em constante instabilidade, então?

Gisele – Lamentavelmente, vivemos em um país sem nenhuma tradição democrática e quase sempre submetido a regimes ditatoriais. Foram poucos os anos de liberdade política no século 20. Um dado bem descreve tal quadro: dentre os últimos 26 presidentes, apenas cinco foram eleitos pelo voto popular e concluíram seus mandatos.

“Enquanto for possível politicamente articular a aliança entre um voluntarista desbocado e destemperado com um projeto econômico que prioriza os interesses do capital financeiro, será isso que teremos”

EC – Alguma esperança?

Gisele – Difícil prever o que acontecerá nos próximos meses ou anos. De qualquer maneira, com a era petista, a sociedade brasileira e suas camadas populares experimentaram um tipo de inclusão com o qual não estavam habituadas. Resta saber que marcas tal processo terá inscrito na consciência política do nosso povo, até onde ele estará disposto a lutar e qual será a dimensão dos limites que encontrará pela frente.

EC – Que tipo de contribuição negativa as forças políticas à esquerda e centro-esquerda também deram para chegarmos ao quadro atual?

Gisele – Esta talvez seja a cobrança mais indevida feita nos últimos tempos no Brasil aos setores da esquerda. Quem precisa fazer autocrítica é o STF, o Parlamento e os políticos que lideraram o golpe de 2016, parte do empresariado historicamente antidemocrático deste país, a grande imprensa e o sistema de justiça, especialmente o Judiciário Federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Estas forças, em ação conjunta e coordenada, são as responsáveis pelas crises econômica, institucional, política e cultural nas quais estamos mergulhados. Agiram de forma tão eficiente que foram capazes de inocular uma espécie de vírus antipetista e anti-esquerda na sociedade brasileira, gerando inclusive um tipo de cultura de ódio com a qual não estávamos habituados.

Prefeitura de Porto Alegre ficou devendo prêmios do ano passado

Depois de quatro meses após realização do *Festival de Música de Porto Alegre* de 2019, realizado em outubro passado, a Prefeitura Municipal ainda não havia pago os prêmios dos artistas vencedores. A reportagem do EC revelou o caso com exclusividade e acabou repercutindo na imprensa local. No final de fevereiro, época de publicação da matéria, a Secretaria de Cultura não tinha prazo previsto para quitar a dívida, que só começou a ser regularizada na primeira semana de março. Um grupo de artistas abriu protocolo na PMPA para cobrar a dívida de R\$ 26 mil. Outros prêmios, como oficinas e gravação de música, também ficaram pendentes. O evento previa R\$ 26 mil em premiações. O grupo Lati Korin tirou primeiro lugar Geral com a música *Pastoreio D'Oxum*, de Alan Barcelos. O conjunto é formado por oito pessoas e contratou outros dois músicos. Barcelos conta que, com a demora no pagamento do prêmio de R\$ 10 mil, ainda não foi possível pagar os contratados.



Foto: Luciano Lanes/ PMPA /Divulgação

Passados quatro meses, os vencedores ainda não têm perspectiva de quando receberão seus prêmios

AMBIENTE

Por omissão de território indígena Justiça suspende licenciamento da Mina Guaíba

A 9ª Vara Federal de Porto Alegre determinou a suspensão imediata do processo de licenciamento ambiental do projeto Mina Guaíba devido à omissão por parte da empresa de mineração Copelmi e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam), que deixaram de comunicar à Fundação Nacional do Índio (Funai) a existência de duas comunidades *mbyá* guarani na área que será impactada pelo projeto.

Nove famílias de indígenas *mbyá* guarani da Aldeia Guajayvi

vivem na área da mina localizada no perímetro de Charqueadas. Outros dez *mbyá* guarani da comunidade Pekuruty, ou Arroio Divisa, vivem às margens da BR 290, em Eldorado do Sul, a 7,2 km do local escolhido para o empreendimento.



Foto: Igor Sperotto

Comunidades indígenas das aldeias Guajayvi e Pekuruty existentes no entorno da área visada pela mineração foram ignoradas pela empresa e pelo órgão que deveria fiscalizar os impactos socioambientais do projeto

ESTADO

Governo Leite cortou 2,6 bi da Educação

Nota técnica do Dieese mostra que o governo do Eduardo Leite não cumpriu o preceito constitucional e investiu somente 27,3% da receita líquida em manutenção e desenvolvimento do ensino em 2019. Na prática, o governo do Estado cortou 2,6 bi da Educação. Caso a destinação de 35% da RLIT fosse realizada, R\$ 9,1 bilhões teriam sido investidos a mais em educação desde 2015. Os R\$ 9,5 bilhões aplicados em 2019 foram 3,98% maiores em relação a 2018, portanto 0,48% abaixo da inflação medida pelo INPC/IBGE (4,48% em 2019).

COLONISTA

A despedida de Celso de Mello

Para Moisés Mendes, Celso de Mello saiu na frente de todos os que poderiam ter dito alguma coisa e só depois pegaram carona no que ele já havia dito. E por isso, então, será o personagem de 2020?

Na opinião do colunista, o ministro será a grande figura desses tempos sombrios porque em março ou abril (se não adiarem mais uma vez) dará o voto decisivo, com texto histórico, no processo sobre a conduta de Sergio Moro na Lava Jato.

Teremos dele toda uma argumentação em defesa do combate à corrupção, como fez quando do Mensalão. Mas, ao final do longo voto, o decano do Supremo irá dizer que há fundamento na acusação de suspeição dos atos do ex-juiz que mandou encarcerar Lula e depois virou ministro de um governo ligado a milicianos e outros favorecidos por suas decisões.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

Unimed

UNIODONTO

Faça a simulação e confira
o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde



Foto: Igor Sposito

Educação antirracista é pauta permanente

por Cristina Ávila

A execução da vereadora carioca Marielle Franco – negra, lésbica, socióloga formada por meio do sistema de ingresso por cotas na universidade pública, militante de esquerda, assassinada com quatro tiros na cabeça – jogou um caldo quente de indignação no acumulado de raiva e tristeza de cinco professoras pretas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Pasqualini, na Restinga, um dos bairros com maior população negra e parda da capital gaúcha. Completam-se dois anos neste 24 de março, quando uma reunião de pais e mestres se transformou em momento de arte e reflexão. E detonou uma sucessão interminável de criações políticas e poéticas

"A educação vinha sofrendo ataques. Os alunos estavam proibidos de repetir a merenda. Falavam professores e muitos projetos estavam sendo extintos. Hoje, temos diariamente 30 minutos a menos de aulas", conta a professora Janaina Barbosa da Silva. A categoria em Porto Alegre está há três anos sem reajustes salariais e reclama de mudanças prejudiciais nos planos de carreira. Sob o olhar fixo dos pais de alunos, as professoras passeavam pela sala, declamando Ana de Cesaro: "O Rio de Janeiro chorava, mais uma mulher assassinada (...) Marielle movia estruturas. NÃO. Moveu, move e moverá (...)". A execução tinha acontecido dez dias antes.

Naquela reunião de um sábado nasceu o Quilombelas, um coletivo que ganhou o apoio da comunidade, com uma pauta permanente de educação antirracista, que faz valer a Lei 10.639, que em 2003 tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira em todas as escolas de ensino fundamental e médio, mas que nunca vingou no país. Nesse tema, se encaixam uma diversidade de assuntos e projetos, que se evidenciam inclusive pela participação da professora Helena Meireles, mulher trans. "Eu sou uma sobrevivente", se autodefine, comparando-se a outras trans, que ela ressalta viverem na maioria em áreas de risco, prostituição e empregos informais.

"A escola é um dos primeiros lugares que a população trans abandona. A partir daí, fica muito difícil a inserção na sociedade. Por isso, do lugar onde habito, meu lugar de

fala, trago essas questões para a escola. Esse debate pode ser rescrito, mas acontece, na medida em que um corpo trans existe e passa toda a comunidade escolar. Isso atrai olhares, julgamentos, representatividades. E é através do Quilombelas que as discussões acontecem, em parcerias com outras escolas, rodas de conversa, incentivo ao protagonismo de alunos e alunas LGBTQIs", relata Helena.

O acolhimento salva vidas. Um exemplo que já se tornou icônico das lutas escolares delas é contado pela professora Cristina Centeno, outra das fundadoras do grupo, fonoaudióloga e pedagoga. "Também sou professora de outra escola na Restinga, e as gurias da orientação me chamaram por causa da carta de uma adolescente negra, falando como se sentia por não gostar de seu cabelo e ser rejeitada pelos meninos que gostavam das meninas brancas".

A carta era um pedido de socorro. As Quilombelas já tinham se tornado referência, e foram chamadas para ajudarem a buscar saída. "O ambiente escolar é muito duro, e é muitas vezes onde as crianças começam a vivenciar o racismo. Propomos reunir as alunas que se autodeclarassem negras, pra conversar. Algumas pessoas não receberam bem a ideia. Por que só negras? Porque muitas vezes a gente precisa conversar entre nós. Têm dores que são ditas somente entre pessoas que sentem essa dor", relata Cris Centeno.

A menina que escrevera a carta estava nessa roda de conversa, que teve também a presença das

GPs, as Garotas Pretas, cantoras que já tinham protagonismo na Alberto Pasqualini. Daí nasceria outro coletivo, o Projeto Dandaras, que logo saiu criando estampas, camisetas, eventos de moda, beleza, textos, música, história, cultura ancestral, no clima da filosofia praticada pelas Quilombelas, que têm lutas muito próprias no Mulherismo Africana, assim mesmo no feminino, um movimento de mulheres negras que vai além do feminismo branco, por não se sentirem contempladas integralmente, pois elas têm questões mais abrangentes, que envolvem os homens negros em resistências comunitárias centenárias.

"O Quilombelas é um espaço de dizer, uma brecha, uma rachadura que cria condições pra algo acontecer", compara a professora especializada em Psicologia Vanessa Felix, que também faz parte do grupo. "Duas pessoas numa parada de ônibus não formam um coletivo. Mas quando passam a conversar sobre a demora do ônibus e o descaso das autoridades, elas formam um coletivo", explica.

Assim, se tecem conexões como o Olukoni, a rede de professoras pretas da Restinga, que não por coincidência têm tantas profissionais negras direcionadas pelo poder público para o bairro. "O que seria para excluir, nos fortaleceu. Se estivéssemos sozinhas, estaríamos cada vez mais silenciadas. Somos um grupo que quer falar sobre educação, sobre formação de professores e afirmar sua identidade dentro do espaço escolar", relata Janaina.

O coletivo já realizou ações com

mais de 400 pessoas, envolvendo religiosidade, gênero, sexualidade, oficinas de penteados, brincadeiras africanas, referências ancestrais, comidas de terreiro. A poesia slam, batalha de versos própria das periferias, emociona e forma cidadãos conscientes de sua cultura. O 20 de setembro é trabalhado em aula, com trajes africanos e encenações sobre o massacre dos lanceiros negros, dizimados por traição do general David Canabarro na Revolução Farroupilha.

A educação antirracista perpassa o ensino fundamental e EJA (educação de jovens e adultos) integrando crianças, pais, servidores, adolescentes, e com instâncias especiais, como é o trabalho da professora Ana Carolina dos Santos, que tem como missão a inclusão de meninos e meninas com algum tipo de deficiência, em atividades como a Oficina de Abayomís, que são bonecas símbolos de resistência e de poder feminino.

"Uma escola municipal numa periferia, como a Restinga, é muito mais do que uma escola. É um resgate de vida, projeto de futuro para muitas crianças sem oportunidade, e que têm a escola como creche, restaurante, lugar de despertar. E para que isso aconteça, nós professores temos o papel de fazer o elo com a comunidade. E quando digo comunidade, não é só a família, mas o comércio, os pontos de cultura, as casas de terreiro", afirma Helena Meireles. "O Quilombelas nos recoloca, nos reconstitui. O assassinato de Marielle foi um plantio, e nós somos sementes", ressalta a professora preta trans.



OS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO CONTAM COM

Assessoria Jurídica

CÍVEL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA EM UM SÓ LUGAR.

Av. Getúlio Vargas 1157, sala 1412, Menino Deus, Porto Alegre-RS
Telefone: (51) 3237.2791 Whatsapp: (51) 98060.3579





Foto: Álvaro Franco da Fonseca Junior/CEAI/Divulgação

O registro contribui para que as histórias continuem sendo contadas, não se percam no tempo e também colabora para o ensino do idioma guarani nas escolas indígenas, já que há uma escassez de material nessa língua, destaca Nelson. “Nós temos que relatar como era antes. Claro que a gente não vai seguir vivendo como antigamente, mas nós temos que contar como era nossa cultura antiga para saber como a gente era”, defende o autor.

Sara Katu Gonçalves, uma das filhas do autor e professora de língua guarani, destaca o “jeito guarani” de contar histórias: “esse livro foi muito esperado. São histórias que você tem que ler com amor. Eu tenho gosto pela leitura e é isso que temos que mostrar para as crianças”. Para Elisete Yva Florentino, o livro é uma herança. “Não uma herança de dinheiro, mas uma herança de sabedoria que a gente vai passar para os nossos filhos e eles vão passar para os filhos deles. Vai ficar para todos os indígenas”.

Segundo Letícia, diferente da literatura infanto-juvenil ocidental, as narrativas dos povos originários não se sustentam a partir de uma visão de mundo simplificada, reduzida, maniqueísta, em que as personagens ou são somente boas ou somente más. “Algumas são bem sérias, têm até a função de amedrontar, porque têm uma finalidade prática, como, por exemplo, a de orientar as crianças sobre determinados perigos”, conclui.

Uma narrativa guarani

por Gilson Camargo

O Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (Ceai) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná, em parceria com a comunidade da Terra Indígena de Rio d’Areia, lançou no dia 10 de fevereiro o livro *Histórias de um Guarani*. De autoria de Nelson Florentino, líder indígena da região, a obra reúne 18 contos originais escritos no período em que ele trabalhou com o linguista norte-americano Robert Dooley na edição de um dicionário e uma gramática guarani para a comunidade.

Organizado pela porto-alegrense Letícia Fraga, com tradução para o espanhol de Ligia Couto, ambas professoras do Departamento de Estudos da Linguagem da UEPG, a obra tem ilustrações do professor Álvaro Franco da Fonseca Junior, da Secretaria Estadual de Educação. A coletânea trilingue (guarani, português e espanhol) financiada pelo CNPq registra para as novas gerações a cultura e a língua do povo guarani *mbya* – legado tradicionalmente repassado pela oralidade.

“O livro chega a qualquer lu-

gar. O mais importante é que se trata de uma obra composta de textos registrados espontaneamente por Nelson Florentino, que afirmou que só conseguiria ensinar a língua guarani ao linguista Robert Dooley por meio da contação de histórias. E foi o que aconteceu: por meio das histórias contadas por Nelson, Robert aprendeu guarani e organizou duas obras bastante complexas, um dicionário e uma gramática de língua guarani”, relata Letícia Fraga, porto-alegrense radicada no Paraná, licenciada em Letras e doutora em Linguística.

Alfabetização e plantas medicinais

O coletivo já foi contemplado em seis editais do CNPq e Fundação Araucária, com projetos voltados para o apoio às iniciativas dos povos indígenas relacionadas à gestão das línguas das comunidades. O primeiro livro produzido pelo Ceai foi uma cartilha de alfabetização em língua *kaingang*, publicada em 2015, concebida por um grupo de professores que concluiu o curso de magistério indígena no estado do Paraná em 2012. Já o livro *Remédios Kaingang*, também de 2015, foi construído com

uma família da Terra Indígena de Mangueirinha (PR) que tinha uma grande preocupação em registrar as práticas da medicina tradicional. A edição permite a identificação de cada espécie de planta medicinal, indicação, modo de preparo e forma de uso. Ainda em 2015, foram produzidas, a partir de demanda de professores da Terra Indígena de Faxinal (PR), placas em material resistente com famílias silábicas a partir de uma palavra geradora, material para auxiliar a aquisição de escrita *kaingang*.

Foto: Álvaro Franco da Fonseca Junior/CEAI/Divulgação



Da esquerda p/ direita (sentados): Sara Katu Gonçalves (filha de Nelson, uma das organizadoras da obra), Letícia Fraga e Nelson Florentino. Em pé: Elisete Florentino (filha), Hadassa Ara Gonçalves (neta), Ivanilda Florentino (esposa) e Elisete Florentino (filha)



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Os sinais da barbárie se alastram pelo Brasil

Os códigos básicos da civilização vêm sendo infringidos e rasgados no Brasil, dia após dia, em meio a um véu de silêncio e cumplicidade, cujos principais agentes têm nome e sobrenome



Ninguém poderá dizer que foi pego de surpresa. O Brasil está vivendo um surto de envenenamento do convívio social e democrático que se expressa diariamente em cenas de violência, truculência, agressão e morte. Mais grave ainda: essas práticas têm como um de seus principais protagonistas o próprio Estado que, em tese, deveria zelar pelo cumprimento da Constituição e da rede de direitos, garantias e princípios de convivência social necessários para que qualquer comunidade humana se constitua como uma sociedade minimamente civilizada. Os códigos básicos da civilização vêm sendo infringidos e rasgados no Brasil, dia após dia, em meio a um véu de silêncio e cumplicidade, cujos principais agentes têm nome e sobrenome. Os banqueiros e demais agentes do sistema financeiro comemoram o aumento de seus lucros e o desmonte do país, sob o olhar cúmplice ou omisso de generais, empresários, juizes das mais altas cortes, donos de grandes conglomerados midiáticos, governadores, prefeitos e parlamentares.

Em agosto de 2019, o procurador Enrico Rodrigues de Freitas, da Procuradoria Regional dos Direitos

do Cidadão (PRDC), do Ministério Público Federal, em uma conversa com jornalistas, alertou para os riscos de um recrudescimento do clima de ódio e intolerância no país. “Eu acho que se não houver uma reação forte da sociedade civil esse cenário tende a se agravar. Aquelas pessoas que pensavam que é legítima a tortura hoje se sentem com a possibilidade de afirmar isso publicamente, legitimando atos de barbárie”, disse o procurador naquela ocasião. Enrico de Freitas apontou ainda o incremento de uma tentativa de legitimação de um discurso de violação de direitos humanos, na sociedade como um todo e dentro de órgãos do Estado brasileiro.

Autora de um estudo que vem monitorando o crescimento de grupos e movimentos de extrema-direita no Brasil, a antropóloga Isabela Oliveira Kalil, alertou, na mesma linha do procurador Enrico de Freitas, que a violência e a violação de direitos estão se banalizando no Brasil e a sociedade está aceitando como tolerável aquilo que deveria ser considerado intolerável numa democracia. Ao eleger Jair Bolsonaro presidente da República, uma parcela expressiva da sociedade brasileira decidiu apostar em um projeto punitivista para

resolver os problemas do país, tolerando socialmente autoritarismos e violações de direitos, a partir da ideia de que os direitos são seletivos e não se aplicam a todas as pessoas, disse ainda a antropóloga, que é coordenadora do Núcleo de Etnografia Urbana da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

A banalização da violência e da violação de direitos se reflete também nas relações pessoais. O aumento da já historicamente grave situação de violência contra a mulher é um exemplo disso. Só nos dois primeiros meses do ano, no Rio Grande do Sul, houve um aumento de 233% do número de feminicídios, segundo levantamento feito pela Força-Tarefa Interinstitucional de Combate aos Feminicídios criada pela Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa. Para Ariane Leitão, advogada feminista, especialista em Direitos Humanos e coordenadora da Força-Tarefa, esse incremento da violência é resultado direto do desmantelamento das políticas públicas na área, com o fim da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, no governo José Ivo Sartori (MDB), que só se agravou no governo de Eduardo Leite

(PSDB), que disponibilizou apenas R\$ 20 mil para aplicação em políticas públicas para as mulheres. É um exemplo que se reproduz em outras áreas, atingindo indígenas, sem-terra, jovens, pequenos agricultores, trabalhadores urbanos, pessoas em situação de rua, LGBTs... A lista é extensa.

Em outubro de 2018, em um artigo que analisava a figura de Jair Bolsonaro, os simbolismos associados ao assassinato da vereadora Marielle Franco e a outros episódios de violência física e simbólica, o antropólogo Luiz Eduardo Soares vaticinou: “A mensagem já foi passada à sociedade. E a mensagem se resume a uma autorização. Autorização à barbárie. A morte foi convocada. A barbárie está autorizada. O horror saiu do armário. Os espectros do fascismo estão aí, entre nós, a nos assombrar e ameaçar. Estão aí porque já existiam inclusive no espírito de alguns sujeitos que não imaginavam que pudessem ser contaminados”.

Policiais agredindo estudantes e mulheres grávidas, o presidente da República agredindo e insultando jornalistas, cadáveres estampados em capas de revistas... O horror saiu do armário e está entre nós. Nos governando inclusive.

O tempo que devora e o tempo que faz bem

por Marcelo Menna Barreto

No Brasil, o monge beneditino alemão Anselm Grün – considerado rebelde e herege por setores conservadores por estabelecer uma ponte entre espiritualidade, ciência e filosofia –, há décadas é publicado pelas três principais editoras católicas brasileiras: Paulinas, Paulus e Vozes. É um best seller em seu segmento. Ao todo, são mais de 2 milhões de livros vendidos no país, sendo que destes 1,2 milhão só pela Vozes, de longe a que detém o maior número de títulos do autor, 140, contra dez da Paulinas e três na Paulus

Segundo Teobaldo Heide-
mann, coordenador nacio-
nal de Vendas da Vozes, a
parceria da editora com Grün que
iniciou em 1998 com a publicação
do livro *O céu começa em você*,
que figurou diversas vezes na lista
dos mais vendidos, colocou a em-

presa no patamar de a que “mais
vendeu exemplares no mundo”.

O monge completou 75 anos no
último dia 14 de janeiro. Em outu-
bro passado esteve pela quinta vez
no Brasil, que responde por cerca
de 20% da vendagem mundial de
suas mais de 300 obras escritas.

Veio para o lançamento de *Viver
não apenas nos fins de semana – O
trabalho como realização pessoal*.

Grün é considerado hoje um dos
principais escritores mundiais no
campo da espiritualidade. A pro-
fícua obra do religioso abrange
assuntos dos mais variados, das

questões do trabalho à arte de en-
velhecer; do poder da decisão ao
poder do silêncio. Ao lado de Walter
Kohl, filho mais velho do chanceler
da Unificação Alemã, Grün escre-
veu o livro *Felicidade – O que real-
mente importa para uma vida bem
sucedida*, que coloca o dedo em

feridas psicológicas de um jovem (Kohl) que viveu sob as ameaças terroristas dos anos 1970 e de um religioso (ele mesmo) que encarou o movimento de 1968 como um tempo de libertação, crise das tradições e o encontro da sua essência.

Com uma vendagem que já ultrapassou os 20 milhões de exemplares traduzidos em 28 línguas, Anselm Grün transita com facilidade entre a Psicologia e as demais ciências. No livro *Jejuar – Corpo e alma em oração* (Paulinas), muitos anos antes da dieta da moda, Grün já apontava os benefícios da prática como terapia de prevenção a doenças: “O Jejum desintegra as células envelhecidas e estimula, desse modo, a criação de novas células”, escreveu.

Doutor em Teologia, Grün – que por muitos anos exerceu a função de ecônomo e administrador da Abadia de Münsterschwarzach (que tem 1.203 anos de história e fica a 22 quilômetros de Würzburg, na Baviera setentrional) – inspira-se na tradição monástica e cristã, mas reconhece a importância da filosofia budista e do psiquiatra e psicoterapeuta suíço Carl Gustav Jung (1875-1961).

Jung, aliás, é recorrentemente citado pelo monge beneditino. Não é por menos que, para muitos, caso não houvesse a renúncia de Bento XVI e a eleição do papa Francisco, Anselm Grün deveria seguir junto com o teólogo espanhol José Antonio Pagola o mesmo caminho trilhado por Leonardo Boff, Hans Küng, entre outros que foram caçados no pontificado conservador de João Paulo II. Em especial porque na ocasião o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o antigo Santo Ofício, era exatamente o predecessor de Francisco, o então Cardeal Joseph Ratzinger.

Em 2012, os conservadores começaram a disseminar a ideia de que Grün poderia estar espalhando teorias contrárias à doutrina católica. Membros da Igreja que iniciaram o “processo de fritura” do monge usaram uma palavra bem na moda no pontificado de Bento XVI: “relativismo”.

Extra Classe – Seu novo livro aborda a questão do trabalho como realização pessoal. Qual a receita?

Anselm Grün – Por um lado, trata-se de se entregar totalmente ao trabalho. Quando me entrego ao trabalho, eu não só me livro do meu próprio ego, mas recebo também muitas coisas. Sinto que posso criar algo. Não estou falando de autorrealização, mas de usar o trabalho para servir aos outros. Quando sirvo, minha vida começa a fluir. E esse “sentimento de fluxo”, que o trabalho gera, faz bem a mim mesmo.

EC – Equilíbrio é a palavra-chave para alcançar uma vida plena?

Grün – Sim, sempre se trata da medida certa, como diz São Bento em sua Regra. E a medida certa se evidencia no equilíbrio entre trabalho e vida particular, entre trabalho e descanso, entre tensão e relaxamento.

EC – O senhor tem uma produção muito grande, além disso realiza palestras e viaja com certa regularidade para divulgar seu trabalho. Como em uma vida monástica que é muito regrada, onde o tempo é marcado pela liturgia das horas, o senhor consegue se dedicar tanto aos afazeres que falei?

Grün – Quando eu viajo, eu não sigo o ritmo da Liturgia das Horas, mas, quando eu estou no mosteiro, seguir esse ritmo me ajuda. Esse ritmo ajuda a me manter desperto, acordado. Assim, eu nunca escrevo mais do que duas horas; a escrita é interrompida. Duas horas é o tempo que eu consigo me concentrar. Não importa o que eu faço, eu tento viver o momento. O grego tem duas palavras para tempo, Chronos e Kairós. O Chronos é o tempo que te devora, o Kairós é tempo que te faz bem.

EC – Alguns o classificam como autor de autoajuda; um psiquiatra e analista Jungiano das minhas relações ao ler um trecho de um de seus livros me disse que, na realidade, para ele o senhor é um profundo simbolista. Como, de fato, o senhor classifica a sua obra?

Grün – Eu não gosto muito de ser chamado de autoajuda (risos), porque, normalmente, a gente pensa naqueles livros de autoajuda norte-americanos, dos quais eu não sou fã. Para mim, imagens são mui-

to importantes. Imagens são como janelas que me permitem uma outra visão. A psicologia de Carl Gustav Jung certamente me ajudou a levar a sério símbolos, signos e imagens e, então, eu tento entender as situações em que as pessoas estão e tento encorajá-las a confiar na sabedoria da sua própria alma.

EC – Setores conservadores chegaram a lhe acusar de flertar com heresias, de reduzir o evangelho ao “gnosticismo de Jung”. O que o senhor diz disso?

Grün – Em primeiro lugar, eu quero dizer, eu sempre falo, que eu fiz o meu doutorado em Teologia dogmática. Ou seja, eu conheço os dogmas da Igreja e as pessoas que me acusam de ser um “herege” são pessoas que têm medo e que não são muito inteligentes (risos). Elas têm medo da psicologia e medo de encarar a própria verdade. O Jung só me ajuda a proclamar o Evangelho de uma forma que as pessoas consigam entender. Eu não reduzo o Evangelho ao Jung. Às vezes, eu uso ou recorro ao Jung para mostrar que o Evangelho também possui uma dimensão terapêutica. Para mim, é importante que a gente entenda a Teologia dogmática não só pela cabeça, mas como um ser inteiro.

O interessante é que, desde o início do cristianismo, sempre houve um diálogo entre filosofia e teologia, entre psicologia e teologia. O evangelista São Lucas, por exemplo, esteve em diálogo constante com a filosofia histórica e a filosofia histórica não era só filosofia, era psicologia também.

EC – Com a eleição de Francisco, o senhor e outros que também foram fortemente criticados pelos setores conservadores da Igreja acabaram como palestrantes de destaque no 2º Congresso Mundial de Bíblia e Mística em 2016. Vê nessa inflexão a nova rota que Francisco traça para a Igreja Católica?

Grün – O que o papa Francisco trouxe foi uma nova abertura. Ele não é um papa que insiste em pontos dogmáticos, mas que quer que as pessoas se aproximem da Igreja e pensem também. Ele dá às pessoas a liberdade de pensamento. Eu espero que o papa Francisco ain-

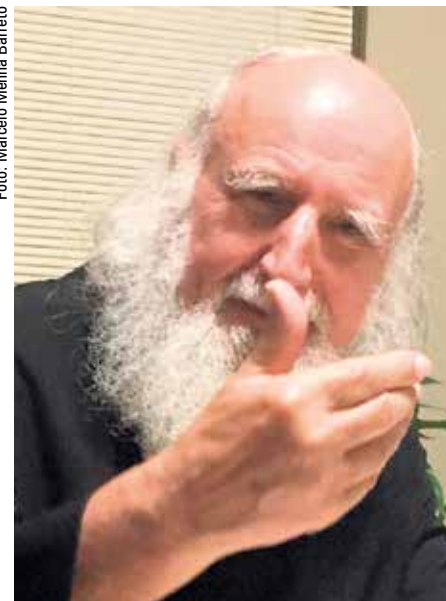
da viva muitos anos para poder continuar essa abertura tão necessária.

EC – A Igreja vive, então, novos ares?

Grün – Pessoalmente, estou muito feliz com Francisco como papa porque ele abordou, está abordando, questões que durante muito tempo não foram tratadas na Igreja como a opção pelos pobres, meio ambiente, sexualidade, a forma de vida dos padres, por exemplo. O que ele faz quando trata de todos esses temas que eu mencionei nada mais é que procurar a justiça. Justiça para o meio ambiente, justiça para os pobres, para os marginalizados. Tudo isto está sendo discutido sob o papa Francisco e é óbvio que as forças conservadoras não estão gostando e ele está sendo muito criticado.

EC – Como o senhor vê aqueles que se dizem cristãos, mas na sua prática segregam o seu semelhante? Por exemplo, grupos que defendem a pena de morte, que excluem imigrantes, que dizem que bandido bom é bandido morto, e uma parcela que considera o papa Francisco comunista?

Grün – Na minha opinião, esses grupos distorcem e falsificam o Evangelho. Eles usam símbolos e imagens da Bíblia para promover uma agenda política própria. Isso acontece muito com os cristãos nos Estados Unidos que usam argumento bíblicos para justificar um voto em Trump, por exemplo, e como aconteceu também aqui no Brasil, onde muitos cristãos votaram no Bolsonaro. Para mim heresia é isto! Distorcer o Evangelho para usar para seus próprios objetivos.



Anselm Grün

Aplicativos do século 21 obrigam a trabalhar como no século 19

por Marcia Santos

fotografia Igor Sperotto

Fenômeno recente da uberização das relações de trabalho, ainda carente de estudos mais aprofundados, já demonstra um nível elevado de exigência de carga horária dos trabalhadores que buscam o sustento nos aplicativos. Não é necessário ser um expert em saúde do trabalho para prever que longas jornadas com poucos horários de descanso durante extensos períodos são nocivos à saúde de qualquer pessoa. Os primeiros sintomas e as primeiras vítimas já começam a surgir

No final do século 19, quando os trabalhadores franceses – homens, mulheres e crianças – trabalhavam até 17 horas diárias, o jornalista e escritor Paul Lafargue publicou o livreto *Direito à Preguiça*, onde sustentou que a jornada poderia ser reduzida para apenas 3 horas. Defendia que a vida das pessoas não deveria ser reduzida ao trabalho, sem haver tempo para a alegria, a saúde e a liberdade. Pois 140 anos depois, no Brasil, a partir da Reforma Trabalhista de 2017, muitos direitos foram perdidos. Entre o que é considerado retrocesso está a ampliação para até 12 horas diárias de trabalho. Na prática, muitos trabalhadores estão se vendo obrigados a trabalhar muito mais do que isto para levar um pouco de dinheiro para casa. A precarização das relações e condições de trabalho já está sendo chamada de “uberização”, em alusão ao mais famoso aplicativo multinacional de transporte, cujo modelo de distribuição de trabalho usado por diversas

empresas de aplicativos que abarcam também outros serviços, como entregas (de carro, motocicletas e bicicletas) e vendas de produtos e serviços. Exaustos, doentes, mal alimentados, já há casos de óbitos como o do entregador de alimentos por aplicativo que morreu, há alguns meses, em São Paulo, após sofrer um Acidente Vascular Cerebral (AVC), aos 33 anos, durante o trabalho como motoboy.

Em Porto Alegre, o motorista Marcos Roberto Martins Freitas, 52 anos, teve alta recentemente, após quase dois meses de internação, depois de um acidente de trânsito, na movimentada avenida Bento Gonçalves, em Porto Alegre. “Estava dirigindo, em 16 de dezembro, passei mal. Lembro de estar subindo a rua e apaguei. Acordei dias depois, no hospital”. Ficou sabendo que o que causou o acidente foi uma parada cardíaca. Foi socorrido na rua e teve mais três paradas em sequência. Marcos chegava a fazer 16, 17 horas por dia de trabalho. Para se alimentar,

se valia de lanches, geralmente cachorro-quente. Além das contas de sempre como água, luz e telefone, também precisava desembolsar R\$ 450,00 semanais para pagar o aluguel do carro em que trabalhava. Ele reconhece que, quando se acidentou, estava tenso. A filha Clarissa acompanha o pai desde o adoecimento e tem certeza de que ele é vítima do estresse no trabalho. “Ele se preocupava muito em conseguir dinheiro e nem sempre

dava”. O motorista não sabe contar direito seu período de internação. “Fiquei sabendo depois, não lembro de nada. Quando acordei, perguntei o que tinha acontecido e me contaram que tinha batido o carro. Perguntei se tinha sido ontem e responderam que fazia 20 dias”. A alta foi em 4 de fevereiro, após ser diagnosticado com arritmia cardíaca e hipertrofia do coração. “O que fazer agora não sei. Tenho que primeiro recuperar



Marcos Roberto Martins Freitas

lo 21



minha saúde. Tentar reorganizar a vida", diz ele, que conta com a ajuda dos familiares e amigos.

Quando o aplicativo Uber entrou no Brasil, em 2014, a empresa prometia ganhos de até R\$ 7 mil mensais. Mas nunca falou na quantidade de horas trabalhadas necessárias. E a crise política e econômica que o país enfrenta atualmente elevou a taxa de desemprego, levando profissionais das mais diversas áreas a migrarem para os aplicativos de transporte. Sem direitos trabalhistas como descanso semanal remunerado, 13º salário e férias, têm de arcar com o desgaste do automóvel, gasolina e a própria alimentação. Não podem se dar ao luxo de ficar doentes. Se acontecer um acidente, como no caso de Marcos, as empresas não se responsabilizam por nada, embora fiquem, em média, com 25% de cada corrida. A maioria trabalha em uma precarização tão grande que sequer recolhe para o INSS. Nenhuma proteção, caso necessitem.



380 quilômetros em um único dia

Sérgio Francisco dos Santos, 68 anos, se aposentou há 21 anos. Há três está no Uber. "Eu me aposentei pensando em uma base salarial de R\$ 7 mil. Mas hoje recebo R\$ 2,5 mil". O que era para ser sua garantia financeira, virou um complemento, pois hoje depende das corridas que faz pelo aplicativo para sobreviver. Já percorreu 380 quilômetros em Porto Alegre em um único dia. Começa a trabalhar às 6h e não volta antes das 18h. "Teve um dia que fui até as 21h. Cheguei tão cansado que o corpo tremia". Mas considera necessário. "Sempre imaginei que não precisaria parar de trabalhar, mas que daria para diminuir o ritmo com a idade que estou. Infelizmente não é assim e não vejo perspectiva de que mude. Sigo trabalhando até meu corpo cansar".

O uso de aplicativos para transporte começou há mais de 20 anos, nos Estados Unidos, como um sistema de partilhar o mesmo veículo. As pessoas combinavam as viagens no mesmo carro usando aplicativos. A partir daí, surgiram os programas de cobrança por viagem, com pessoas trabalhando nisto nas suas horas de folga. No Brasil e em outros países com alta taxa de desemprego, passou a ser alternativa para a falta de trabalho. E a realidade diária destes trabalhadores é de precariedade e perigo. Sequência cotidiana de condições subumanas de horário, de rotina, de trabalho. Saem para rua para trabalhar em total insegurança, não só no trânsito. "Mas sem saber o que pode acontecer em termos de pessoas que embarcam no carro", revela Luís Fernando Tybusch, moto-

rista no Uber há três anos, depois de um período desempregado.

Tybusch também já enfrentou dificuldades como motorista de aplicativo. Ele estava com seu carro zero km há apenas quatro meses quando, ao pegar uma cliente, se envolveu em um acidente de trânsito. Ficou com o prejuízo. "Fiquei sem trabalhar, parado 35 dias em casa, sem dinheiro no bolso, com as contas todas pra pagar. Não tem como cobrar do Uber". Manutenção, desgaste, sinistro, tudo que seja relativo ao trabalho o motorista que paga. "Uber não se envolve com nada, nem com morte, doença ou assalto, nada". Usar banheiro, se alimentar, descansar, direitos de um trabalhador, não fazem parte do cotidiano dos motoristas de aplicativo. "Meu dia é assim, levando às 5h30, saio às 6h para trabalhar, sirvo uma marmita, coloco

no porta-luvas. Não como na rua para não gastar. Toco praticamente direto 10, 12 horas. Banheiro, uso em postos de gasolina. Às vezes, tem gente que não deixa, mas a maioria empresta o posto. Minha alimentação é dentro do carro. Paro em um lugar seguro, para não sofrer um assalto". Ele costuma trabalhar de 12 a 15 horas por dia para tentar fazer um dinheiro razoável, de R\$ 250,00 a R\$ 300,00 por dia. Como fica muito tempo fora de casa, a esposa reclama. Mas ele disse que precisa trabalhar cada vez mais em função da concorrência, que aumentou. "Hoje o Uber está com muitos motoristas. Muita gente que tem um carro na garagem procura uma renda desta forma, tanto o desempregado quanto para fazer bico. É uma concorrência grande, tu te obriga a trabalhar de 12 a 15 horas".

Frotistas chegam a terceirizar aluguel de mais de cem veículos

Quando surgiu, há mais de dez anos, o transporte por aplicativo era uma alternativa ao mercado tradicional, considerado caro e ineficiente. Uber foi o primeiro a entrar no mercado e é o mais forte. Muitas pessoas usam o nome para se referir a outros aplicativos

na praça, como 99 Pop, Cabify e In Driver. O interior utiliza muito o Garupa. E existe diferença entre eles, na forma de trabalhar, de aceitar motoristas. São Paulo é o estado que mais utiliza este tipo de transporte. Rio Grande do Sul é o segundo. Não existe uma esta-

tística de quantos carros estão cadastrados em Porto Alegre, mas há estimativa de 32 mil. Há pessoas com frotas cadastradas. "E não podemos falar nada de mal deles, porque estão dando trabalho para desempregados que não têm condições de comprar um carro", observa o motorista Mauro Tonding, que conhece um cidadão com 18 veículos no aplicativo. "Tem gente com até 110 veículos", completa. Algumas pessoas compraram carros para aplicativos. Alugam para motoristas que não têm crédito e não podem locar oficialmente, não têm crédito, não têm cartão de crédito, não têm nome para isto. Muitos alugam direto, com algum tipo de garantia, até por um valor adiantado e, às vezes, terminam alugando por um valor maior. Esta é uma situação que se tornou comum. Há pessoas que tem dois, três carros para alugar. Também há os que alugam 12 horas para um, 12 horas para outro.

Em artigos e entrevistas, o economista e professor da Universidade de Campinas (Unicamp) Már-

cio Pochmann revela que a intensificação e extensão da jornada são marcas das novas relações de trabalho. E afirma que a nova realidade representa regressão, pois resulta em uma carga horária anual próxima ao que era exercida no século 19.

Ano passado, o sociólogo Clemente Ganz Lúcio apontou que a Lei 13.467/17 promoveu extensa mudança na legislação trabalhista brasileira. Em artigo publicado no Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), descreve que "as reformas trabalhistas feitas no mundo depois de 2008 visam criar um ambiente favorável à flexibilização das relações laborais e dos sistemas de relações do trabalho, buscam a redução do custo do trabalho, a redução de riscos e acúmulo de passivos trabalhistas, novas formas de contrato de trabalho, de jornada e salários maleáveis, baixa interferência da Justiça do Trabalho e manutenção, quando necessários, de sindicatos frágeis ou inúteis".



Sem escolha

O motorista Mauro Tonding passou 22 dos seus 54 anos de existência trabalhando com vendas. Carteira assinada, com todos os direitos assegurados e um bom salário no final do mês. Chegou a ter cargo de gerente de área e coordenador de equipe. Viajou por todo o país. A idade o afastou da atividade. "Ter 50 anos hoje é algo que pesa bastante no mercado". Há um ano e três meses está no aplicativo Uber. "Vários amigos e conhecidos estão como eu. Se desempregaram, não conseguiram mais manter o salário de antes e o Uber surgiu". Dirige seu próprio carro, que ainda está

pagando, para trabalhar. Não tem nenhuma garantia trabalhista e não paga INSS. "Na hora em que fui trabalhar no Uber já sabia disto, mas isto é o que menos me preocupa porque, pela nova lei, mudou muito, as empresas não estão assinando carteira, querem que monte empresa e preste serviço. E sei que não vou me aposentar". Geralmente ele começa a trabalhar às 5h e vai até 19h30. Segunda a sexta. Sábado vai até o meio-dia. É pesado, ele admite. "Mas é a única oportunidade de ganhar dinheiro". Não recusa corrida. "Estou em uma situação que não posso escolher".



Mauro Tonding

Cada um por si

O professor e pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp) José Dari Krein analisa que, após o Brasil ter vivido um crescimento de postos de trabalho entre 2004 e 2014, com ganhos efetivos de remuneração, a crise instalada a partir de 2015 deu força ao discurso da flexibilização, que retira proteção social para garantir trabalho. "Empreender é só um eufemismo para jogar a responsabilidade de sucessos e fracassos em cima do indivíduo". Para ele, trabalhadores uberizados são assalariados, não microempreendedores. "É política a condição de vulnerabilidade, de irregularidade, de nenhuma proteção social", destaca, ao referir que, no governo atual, o mercado de trabalho ideal é um mercado sem direitos. Mais do que uma dinâmica econômica, assinala, as situações de trabalho e de emprego passam por questões políticas.

O professor destaca que atualmente os trabalhadores estão mais sacrificados do que nos anos 1960, quando um operário ganhava 30 vezes menos que o diretor da empresa. Hoje ele ganha 296 vezes menos diz, apontando o acirramento da concentração de renda. "Esta é a sociedade cons-

truída no período mais recente, que retirou as formas de proteção social que não fossem assalariamento", destaca. Mas considera que não se trata de uma situação irreversível. "Estamos em um sistema capitalista, que assalaria as pessoas". Regularizar o trabalho uberizado é para ele uma necessidade de curto prazo, pois as extensas horas de trabalho colocam em risco motoristas, passageiros e os transeuntes de via pública, ou seja, toda a sociedade. Para Krein, é mais fácil regularizar a uberização do que o trabalho na área têxtil, por exemplo, pois o aplicativo já traz todas as informações, com extremo detalhe, da atividade realizada. Krein argumenta que a regulamentação não ocorre por conta do pensamento político vigente. "Cresce a quantidade de pessoas obrigadas a trabalhar mais de 49 horas semanais, se criou politicamente isto". Para ele, o problema poderá ser resolvido com investimentos em setores como saúde, educação e outras áreas que garantam qualidade de vida para as pessoas. "Hoje não se oferece uma saída articulada, as respostas não são coletivas, é cada um por si".



**QUEM TEM PLANO
DE PREVIDÊNCIA PODE
DEDUZIR ATÉ 12%
DA RENDA NO IR.**

 **SINPRORS**
PREVIDÊNCIA

www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO
FUNDAÇÃO **FAMÍLIA**
PREVIDÊNCIA

Começa Campanha Salarial da educação básica e superior

Reajuste nos salários, melhorias nas condições de trabalho e manutenção das demais cláusulas sociais estão entre as principais reivindicações dos professores do ensino privado gaúcho

por Valéria Ochôa



Foto: Valéria Ochôa – Ascom Sinpro/RS

A Assembleia está ouvindo relatos de professores de todo o estado

Até o fechamento desta edição, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) já tinha realizado a maioria dos 66 encontros da Assembleia Geral regionalizada, agendados para os dias 14 de fevereiro a 7 de março, para a definição das pautas de reivindicações dos professores da educação básica e da educação superior. As negociações com as representações sindicais devem iniciar na primeira quinzena de março.

“Os professores dos dois níveis de ensino acentuaram nos encontros a importância da valorização salarial”, observa Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. Para a educação básica, 5% de reajuste (a previsão é de que o INPC, historicamente utilizado nas negociações coletivas, fique em torno de 4%) e, para a educação superior, a reposição da inflação.

As deliberações da Assembleia Geral terão por base as contribuições dos professores e a somatória de votos colhidos nos dois segmentos, conforme expresso nas atas de cada encontro. Para a educação básica, além do reajuste, destacam-se a reivindicação por redução da diferença do valor hora-aula da educação infantil e anos iniciais com o valor da hora-aula

dos anos finais e a vedação de despedimento de professores no início do ano letivo, período que inviabiliza sua recolocação. Já para a educação superior, piso salarial de R\$ 35,7 a hora-aula, indisponibilidade para o trabalho na última semana no recesso de julho também aos professores de tempo integral, parcial e coordenadores de curso e a regulamentação trabalhista do trabalho docente na Educação a Distância (Ead). “A grande preocupação dos professores da educação superior é com a empregabilidade e a regulamentação de todo trabalho docente”, expõe Marcos Fuhr.

Dois temas mais recorrentes e criticados nas reuniões com os professores da educação básica, segundo Cecília, foram a censura das instituições de ensino em relação ao conteúdo publicado pelos professores em suas redes pessoais de relacionamento e o número elevado de provas diferentes para uma mesma aferição do aprendizado para atender aos alunos com deficiência e/ou os que faltaram na data da aplicação. “Há relatos da elaboração de mais cinco tipos de provas de avaliação no mesmo período”, afirma Cecília.

O ensino privado gaúcho conta com cerca de 32 mil professores atuando na educação básica e na educação superior.

UERGS E LIBERATO

Professores aprovam acordo e encaminham próxima negociação

Nos dias 26 e 27 de fevereiro, respectivamente, os professores da Fundação Liberato, de Novo Hamburgo, e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) aprovaram em suas Assembleias proposta conjunta para acordo apresentada pelo governo do Estado, referente ao período de março de 2019 a março de 2020.

Na proposta está a extinção dos quinquênios, a não incorporação da função gratificada e a alteração da data do pagamento do segundo para o quinto dia útil. Em 2019, os professores não tiveram reajuste salarial, porém a proposta para acordo reconhece o percentual de 3,94% para o reajuste dos salários e das cláusulas sociais com repercussão econômica. Este percentual será objeto da negociação a partir deste mês, data-base da categoria. Junto com a resposta ao governo do Estado da decisão das Assembleias será solicitada a retomada das negociações 2020 a partir da segunda quinzena de março.

“A vigência do acordo é retroativa a março de 2019 e se estenderá por mais 60 dias, até 30 de abril de 2020”, explica Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS. Ele destaca, ainda, que as Assembleias também definiram um calendário de mobilização para os próximos meses com

vistas à recuperação das perdas do período, que somadas ao INPC de março próximo deverá totalizar 8% do salário.

“No último dia 2 de março, foi realizada uma reunião conjunta do Sinpro/RS e associações de professores com o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul (Semapi), em que ficou definido um calendário de mobilização conjunta para os próximos dois meses, tendo como pauta central a recuperação salarial, e evitar com isso que se consolide o arrocho imposto pelo governo”, relata o diretor.

Na Assembleia da Uergs, além das questões salariais, foram deliberadas iniciativas para maior aproximação com a comunidade e engajamento dos estudantes, manifestações permanentes de repúdio junto aos deputados que apoiam a retirada de direitos dos servidores, apoio e participação no dia 18 de março, *Dia Nacional em Defesa do Serviço Público, Educação, Emprego e Agricultura familiar*.

Também foi aprovado o percentual de 2% a título de contribuição/taxa negocial no salário de agosto.

Plano de recuperação da Ulbra pretende quitar débitos trabalhistas

O pedido de Recuperação Judicial (RJ) da Aelbra, mantenedora da Rede Ulbra de Educação, foi aprovado por três votos a dois, na 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do estado (TJRS), no dia 13 de dezembro de 2019. A medida estabelece as condições reivindicadas pela instituição para a recuperação financeira e a manutenção das atividades da Universidade e das escolas de educação básica. A Aelbra acumula uma dívida de mais de R\$ 8,2 bilhões. Desse montante, cerca de R\$ 2,6 bilhões são abrangidos pela recuperação judicial, incluindo os R\$ 392 milhões de passivo trabalhista.

No dia 17 de fevereiro, a Aelbra encaminhou à 4ª Vara Cível de Canoas o seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), atendendo à exigência legal de cumprimento de prazo pós-deferimento da RJ pelo Tribunal de Justiça. Segundo o plano apresentado, a instituição pretende quitar os débitos trabalhistas, até o limite individual de 150 salários mínimos, em dinheiro, sem deságio, num prazo de um ano após a aprovação do PRJ e o restante em cotas de um

fundo imobiliário a ser criado a partir dos seus imóveis. O PRJ está sendo analisado pela assessoria técnica dos sindicatos e será discutido com os professores em reuniões a serem realizadas durante o mês de março.

Após a aprovação da RJ, a instituição havia suspenso o pagamento das verbas rescisórias dos professores demitidos em 2019, parceladas por Acordo Coletivo firmado com os sindicatos de professores e de funcionários técnicos administrativos. A instituição alegou que só poderia pagar o que fosse autorizado pelo juízo da RJ.

O descumprimento provocou inconformidade entre os professores que aderiram ao Acordo Coletivo firmado pelo Sinpro/RS. Após reuniões e notificação à Aelbra, esta solicitou ao juízo autorização para a continuidade do pagamento das verbas rescisórias, o que foi autorizado pelo juiz substituto da 4ª Vara apenas para os demitidos após 6 de maio do ano passado, data do ajuizamento da RJ. No dia 12 de fevereiro deste ano, os sindicatos ajuizaram pedido de reconsideração para todos os demitidos.

Foto: Divulgação



APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Direito adquirido e a Reforma Previdenciária

Diante da reforma aprovada e seus reflexos, é importante termos ciência do alcance do direito adquirido, pois, frente a circunstâncias específicas, pode haver uma perda substancial para o trabalhador, em face de eventual desconhecimento do seu direito.

A própria administração (INSS) traz em suas orientações dispositivo explícito para admissão e análise quanto ao direito incorporado no tempo e, em face de alterações legislativas ou condição mais benéfica, deve oferecer aos seus beneficiários hipóteses que contemplem este direito adquirido.

Este seria o quadro ideal, no qual o INSS ofereceria ao beneficiário todas as hipóteses de aposentadoria no tempo desde sua aquisição; a realidade cotidiana é bem diversa – basta ver a infinidade de processos sem respostas há mais de 180 dias – o que nos mostra que o próprio direito ao benefício está se tornando de difícil acesso, quanto mais dispor desta verificação das hipóteses normativas e da condição mais vantajosa.

Um dos requisitos impostos a todos os trabalhadores após a reforma é a idade mínima. Entretanto, caso o trabalhador tenha implementado as condições para aposentadoria antes de sua aprovação, poderá estabelecer a opção com base no direito adquirido ao recebimento

do benefício – mesmo que não requerido anteriormente. Outro aspecto relevante em face deste direito adquirido é que o cálculo da aposentadoria se dará pela média de 80% dos maiores salários.

Por fim, também temos vislumbrado alguns erros e divergência de dados no sistema do INSS e a vida real do trabalhador, como eventuais períodos de atividades em que o empregador tenha deixado de recolher as contribuições previdenciárias, se ocorrida esta omissão, não constarão no sistema do INSS os respectivos valores e, com isso, via de regra, os períodos não serão computados para aposentadoria, gerando um lastro temporal menor que o devido.

Todas estas circunstâncias exigem do trabalhador, ao requerer seu direito à aposentadoria, uma maior atenção em relação aos dados e registros junto à Autarquia, pois isto poderá significar a diferença entre a concessão ou indeferimento do benefício ou, senão, a garantia de um direito mais vantajoso, baseado no direito adquirido.

Por derradeiro, importante assinalar que o direito adquirido não depende de prévio protocolo, podendo ser alegado e esgrimido a qualquer tempo. Uma vez cumpridos os requisitos da lei então vigente, jamais poderá ser suprimida tal garantia, cuja natureza é princípio de direito e, mais, possui *status* constitucional.

Urcamp descumpre Acordo Coletivo

A Universidade da Região da Campanha (Urcamp) voltou a constar na agenda de prioridades do Sinpro/RS por descumprimento de acordos firmados. Desta vez, a instituição deixou de pagar as parcelas das verbas rescisórias de um contingente de 85 professores desligados nos últimos dois anos e que haviam aderido ao

Acordo Coletivo firmado pela instituição com o Sindicato.

No final do ano, após pressão por parte do Sinpro/RS, foi paga uma parcela que estava em atraso. No entanto, como o acordo não vem sendo cumprido desde abril de 2019, já são dez parcelas em atraso.

Essa situação acabou geran-

do dificuldades para os docentes demitidos e produzindo momentos de tensão nas tratativas entre o Sindicato e a Reitoria, a exemplo da reunião do expediente administrativo que a instituição mantém junto ao Juízo Auxiliar de Execução e Precatórios (Jaep) vinculado à Presidência do TRT da 4ª Região, ao qual o Sinpro/RS

denunciou o descumprimento do acordo.

No final de 2019, a Universidade deixou de pagar a integralidade do 13º salário aos professores. O Sindicato já ajuizou uma ação pelo descumprimento do Acordo Coletivo e outra, requerendo que a Urcamp não possa demitir professores enquanto perdurarem as pendências.

INSTITUIÇÕES FECHADAS

Sindicato quer garantir verbas rescisórias

No dia 19 de fevereiro, o Sinpro/RS realizou reunião com os professores da Faculdade Anglicana (FAE) e do Colégio Barão do Rio Branco, de Erechim, para tratar dos desdobramentos do fechamento das instituições, anunciado no início deste ano pela mantenedora, e para deliberar os encaminhamentos necessários para assegurar a integralidade dos direitos rescisórios, FGTS e salários pendentes

dos 114 docentes da instituição.

Na ocasião, a Assessoria Jurídica do Sinpro/RS também esteve reunida com o juiz da 3ª Vara do Trabalho de Erechim, responsável pela condução e julgamento da Reclamatória Trabalhista que visa ao pagamento das verbas rescisórias dos professores.

"A iniciativa do Sindicato, somada a outros contatos realizados com a Justiça de Erechim, ob-

jetiva demonstrar para a Justiça da necessidade de resolução do problema, com a maior brevidade possível, tendo em vista a natureza alimentar dos valores devidos aos professores rescindidos", explica Cássio Bessa, diretor do Sindicato.

As assessorias jurídicas do Sindicato, da Faculdade e do Colégio também se reuniram. Na oportunidade, foi questionada e

reiterada a necessidade da junta de documentos, referentes às rescisões dos professores. A Justiça determinou um prazo de 48 horas, que foi prorrogado para cinco dias para que as instituições confeccionassem os documentos para agilizar a liberação do saldo de FGTS e encaminhamento do seguro-desemprego. O prazo encerrou no dia 3 de março (fechamento desta edição).

REDE METODISTA

Professores do IPA e Americano suspendem paralisação

Em Assembleia realizada no dia 2 de março, os professores do Centro Universitário Metodista (IPA) deliberaram pelo fim da paralisação iniciada em 10 de fevereiro. Os docentes reivindicam a regularização dos salários de novembro (um terço), 13º salário e o terço de férias. Caso persistam os atrasos, estão previstas novas assembleias com indicativo de retomada da paralisação: no dia

9 de março caso não seja cumprido no dia 6 o prazo de pagamento da folha de fevereiro e no dia 11 de maio se não for paga a primeira parcela dos salários pendentes, conforme previsto em um Comunicado da Rede Metodista aos docentes.

AMERICANO – Após o descumprimento do acordo firmado em dezembro de 2019 que previa pagamento integral do salário daquele

mês, duas parcelas dos 50% restantes do 13º e o terço de férias, os professores do Colégio Americano decidiram, em assembleia no dia 10 de fevereiro, que não participariam do seminário que seria realizado de 10 a 14 daquele mês. No dia 13, reiteraram o estado de mobilização e deliberaram que, diante da continuidade dos atrasos, não participariam de reuniões pedagógicas, nem

das demais atividades extra-classe. A posição foi ratificada em nova Assembleia, em 26 de fevereiro, quando a categoria deliberou que irá manter somente as atividades de sala de aula e que envolvam os alunos. Outra Assembleia com indicativo de paralisação poderá ser convocada para o dia 11, se os salários de fevereiro não forem pagos em 6 de março.

A vantagem deste cartão é que quanto mais você usa, mais você ganha.

Com o Cartão do Associado, professores e dependentes aproveitam diversos produtos e serviços com descontos exclusivos.



Acesse sinprors.org.br/convenios, pesquise os descontos disponíveis na sua região e aproveite!



EDUCAÇÃO

Professores contestam matrícula aos cinco anos

Foto: Manoelle Duarte/ SMED/ PMPA/ Divulgação



Entidades educacionais e especialistas manifestam repúdio à Lei estadual do Rio Grande do Sul que altera corte etário para ingresso no primeiro ano do ensino fundamental. Em Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF), a Confederação dos Trabalhadores em Educação (Contee) ressalta que a Constituição estabelece matrícula para crianças com seis anos completos até 31 de março e que o corte etário diferente do previsto na legislação federal é de competência privativa da União. O ingresso no ensino fundamental aos seis anos de idade também está assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN).

Originada em projeto de lei do deputado Eric Lins (DEM), Lei estadual 15.433 desconsidera a Constituição, a legislação e normas educacionais vigentes e princípios pedagógicos que orientam o processo de aprendizagem ao propor a matrícula precoce de crianças no ensino fundamental. "O Brasil inteiro espera que o Rio Grande do Sul reverta esse absurdo, que prejudica a criança e usurpa a competência federal", defende Margot Andras, integrante do Conselho de Educação de Porto Alegre (CME/POA), também diretora do Sinpro/RS. O Conselho Estadual de Educação (CEE/RS) recomendou às escolas integrantes do Sistema Estadual de Educação que mantenham a data de 31 de março para o ingresso do ensino fundamental. Mas não é isso que vem ocorrendo em muitas escolas.

CONSEQUÊNCIAS – O professor da Feevale e doutor em Educação pela Ufrgs, Gabriel Grabowski, alerta que as principais consequências para as crianças seriam de ordem emocional, afetiva, manifestadas pelo estresse escolar precoce, cansaço e infelicidade. Para Margareth Simonato, doutora em Educação e presidente da Associação de Escolas Superiores de Formação de Profissionais da Educação (Aesufope), "essa antecipação pode barrar o desenvolvimento da criança dentro do processo de interação e brincadeiras que caracterizam a educação infantil".

A Promotoria Regional da Educação de Porto Alegre do Ministério Público estadual publicou parecer que rejeita o ingresso de alunos no ensino fundamental aos cinco anos. Uma Recomendação Conjunta do MPRS foi enviada aos conselhos e às Secretarias de Educação para que os procedimentos de matrícula sejam cumpridos de acordo com as Diretrizes Curriculares e Operacionais Nacionais da Educação Básica definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

PREPARE SEU CORPO PARA O INVERNO. TURBINE SUA IMUNIDADE!

Mude sua vida correndo! Seu sistema neuroendócrino é ativado, aumentando a produção de hormônios e neurotransmissores. Com isso, consequentemente, o sistema imunológico também passa a agir.

Ao correr você também aumenta o trabalho muscular, principalmente das pernas e ativa todo o sistema cardiorrespiratório.

E ainda, faz bem para cabeça, para encontrar pessoas, criar vínculos e fazer amigos.

DICAS IMPORTANTES

- Checar sua saúde antes de começar! Não pule esse importante passo cujo único beneficiado é você.
- Usar tênis adequado. Deve ser leve, confortável e ter um solado que diminua o impacto de sua pisada. Ele é a garantia de maior segurança para sua estrutura óssea e articular.

JUNTOS EM BUSCA DE MUDANÇAS POSITIVAS NO SEU ESTILO DE VIDA!

A SOMOS - Plataforma de Saúde do Sinpro/RS preparou inúmeras planilhas de corrida para você dar suas primeiras passadas.

Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados do Sindicato e seus dependentes.

Juntos em busca de mudanças positivas no seu estilo de vida.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor



Histórias para mudar o rumo da história

por César Fraga

Apaixonado por História e educação popular, o professor Bernardo Lucero De Carli inspirou-se nos ensinamentos de Paulo Freire e é uma espécie de professor Robin Hood. Só que ele não tira dos ricos para dar aos pobres. Muito pelo contrário. Nessa história todo mundo ganha no final. E, de quebra, ainda convivem na mesma universidade.

De Carli exerce uma vida dupla. Uma parte do seu tempo é professor do ensino privado em cursos pagos. Noutra parte, não apenas atua como milita pela educação popular em pré-vestibulares populares. São cursos preparatórios voltados para estudantes de baixa renda que sonham entrar nas tão disputadas universidades federais, públicas e gratuitas.

O professor Bernardo, como é conhecido, tem licenciatura em História pela Ufrgs e atualmente leciona nos cursos privados de pré-vestibular Meta (Porto Alegre), Unificado (Camaquã) e Gabarito (Osório). Nos cursinhos populares, atua no Pré-Vestibular Resgate Popular e no Cursinho do PT. Além disso, atuou no Esperança, na Restinga.

“Primeiramente, veio o encantamento pela disciplina de História desde o colégio. Durante o ano de 2009, nas aulas da Faculdade de Educação e nas aulas particulares que ministrava foi que decidi direcionar esse encantamento pela História para a sala de aula”, revela. Em 2010 estreou como professor de turma no Resgate Popular. “Com os estudantes na Restinga foi onde começou a minha construção como professor e como militante da educação popular”, constata.

Para Bernardo, os cursos pré-vestibulares populares são promotores de debate, organização política e mobilização social pela democratização do acesso, ampliação, gratuidade, qualidade e popularização do ensino superior. Esses cursos, além da preparação para o vestibular nas universidades públicas – motivação inicial e objetivo específico – propõem o compromisso com projetos coletivos e uma perspectiva de inserção social e política nas questões comunitárias e acadêmicas como princípios da formação crítica.

“Vejo os pré-vestibulares populares como um movimento social que luta pela democratização do acesso à universidade e pela construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária”, defende. Ele conta que a maioria dos estudantes aprovados através das aulas dos cursos populares são a primeira pessoa de sua família que vai cursar o ensino superior. “Ou seja, tem uma ‘quebra’ importantíssima na lógica social daquela família”.

O professor conta que testemunhou diversos casos de transformações durante sua atuação nesses cursos, “espaço de educação e luta”, como chama a educação popular. Ele relata o caso de um aluno que entrou no curso popular após ficar cinco anos detento no Presídio Central, depois passou em Direito com o objetivo de ajudar a sua comunidade.

A média de aprovação do Resgate Popular e do Cursinho do PT é acima de 50%. Todos alunos e todas alunas são oriundos da rede pública de ensino e a seleção segue critério socioeconômico.

“Ambos os espaços de sala de aula (privado e popular) no âmbito dos pré-vestibulares são interessantes e desafiadores”, compara. Nos preparatórios Enem e vestibulares privados, a alta concorrência entre os cursos induz a uma constante busca por aprimoramento do conteúdo e do domínio das provas seletivas. Já nos cursinhos populares, o desafio de construir um processo de educação que engloba o conteúdo de três anos do ensino médio em apenas um ano para pessoas que tiveram uma trajetória escolar e econômica precarizada induz o professor a buscar uma constante evolução pedagógica nas aulas.

“Tanto nos cursos populares quanto nos privados busco aplicar, sempre que possível, os ensinamentos de Paulo Freire e, assim, procuro compreender sempre a realidade de cada turma. E, claro, entender a educação como uma ferramenta de transformação social. A busca por uma sociedade mais justa e igualitária”, conclui.



Foto: Acervo pessoal

PALAVRA DE PROFESSOR

por Cristiane O. Berwanger
Professora de Língua Portuguesa

Necessidade real do professor

Antes do início das aulas, muitas escolas privadas passaram por momentos de formação. Certamente, neles, a importância de o professor enfrentar novos caminhos da forma mais eficiente possível foi destaque, o que continua ocorrendo durante todo o fazer pedagógico. O ano letivo segue com os desafios frente aos paradigmas educacionais da atualidade.

Na sala de aula, alunos com histórias de vidas e interesses diferentes representam desafio constante. Cabe ao professor encontrar a maneira mais eficaz de lidar com as dificuldades dos educandos, considerando que cada um deles é único e apresenta competências e dificuldades específicas. O professor também deve estar alinhado a um mundo cada vez mais tecnológico, sabendo a melhor maneira de adequá-lo a suas aulas. A dosagem disso tudo é que representa um grande desafio.

Fora das aulas, mudanças das leis, de sistemáticas de avaliação e até mesmo de bases curriculares fazem parte da rotina docente e representam obstáculos a serem considerados. Buscando atualizações e aprimoramentos, parece que o professor vive correndo atrás de algo para dar conta de tantas situações.

Questões ideológicas e políticas parecem influenciar em algumas dificuldades. O convívio com gestores diferentes e com famílias com expectativas diversas também suscitam por vezes adversidades. Mais desafios!

Então, além de toda a desvalorização que o professor enfrenta fora dos limites das escolas, ainda precisa encarar muitas demandas. Mesmo assim, ele não pode e não quer ser vitimizado, mas deve ser auxiliado efetiva e sistematicamente.

Uma das problemáticas para gestões competentes é possuir a capacidade de fortalecer o professor em seus desafios constantes, frente a tantas modificações que ocorrem na atualidade. Pensar nisso representa consideração, que deve ser evidenciada desde os investimentos em formação continuada até na possibilidade de espaços com trocas de experiências e sentimentos. No final do ano, há o momento das demissões. Quem dá aula em escola privada já deve ter percebido a tensão que é criada no dia D. Por isso a forma como os desligamentos acontecem deve ser repensada nas instituições em geral. O respeito ao professor deve ocorrer também nessas horas, principalmente para que ele possa se recolocar no mercado, não devendo, assim, ocorrer quando os quadros estão fechados, isto é, no início do ano letivo.

Enfim, ter um olhar atento e cuidadoso em relação ao professor é uma necessidade. Vestir a camiseta é sempre exigido pelas instituições, por isso um cuidado real com esse profissional que lida com tantas demandas diferentes deveria existir sempre nas mais variadas situações. Isso certamente ajuda a garantir a tão falada educação de qualidade.

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclasse@sinprors.org.br.



Abstinência ou educação sexual?

“Em 2016, dos quase 3 milhões de nascidos vivos no Brasil, 481 mil eram filhos de mães entre 15 e 19 anos, o que significa 16% de todos os nascimentos”

Tradicionalmente em março, há uma agenda de debates e reflexões relacionados ao dia internacional da mulher que podem afirmar valores igualitários e cumprir um papel na construção social de relações de gênero não hierárquicas. Um dos pontos que merecem a atenção, particularmente no Brasil, é o avanço da agenda neoconservadora quanto à moral sexual, notadamente em temas como a negação de direitos reprodutivos das mulheres, a valorização dos estereótipos de gênero, com o consequente elogio da passividade e da submissão femininas, o estímulo à homofobia e, mais recentemente, a proposição da abstinência sexual aos jovens, como política pública destinada a reduzir a gravidez na adolescência.

A gravidez na adolescência constitui, de fato, problema social grave. Na literatura especializada, considera-se que a gestação na adolescência é situação de risco para gestantes e recém-nascidos. As evidências mostram que gestantes adolescentes possuem mais intercorrências médicas durante a gravidez e mesmo após o parto, quando comparadas com gestantes adultas. Ana Cristina Garcia Dias e Marco Antônio Pereira Teixeira no texto de revisão “Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo” citam estudos que associam à gravidez na adolescência complicações como as tentativas de abortamento, anemia, desnutrição, sobrepeso, hipertensão, pré-eclâmpsia e desproporção céfalo-pélvica. Os autores lembram que a gravidez na adolescência pode se dar em um quadro de comportamentos

de risco, o que costuma envolver o uso do álcool e outras drogas, além de um acompanhamento pré-natal precário. Mostram, ainda, que a gestação na adolescência está associada à prematuridade, ao baixo peso ao nascer, à morte perinatal, epilepsia, deficiência mental, transtorno do desenvolvimento, baixo quociente intelectual, cegueira, surdez, aborto natural, além de morte na infância.

Em 2016, dos quase 3 milhões de nascidos vivos no Brasil, 481 mil eram filhos de mães entre 15 e 19 anos, o que significa 16% de todos os nascimentos. Uma taxa de 68,4 nascimentos para cada mil adolescentes, contra uma média mundial de 44 por mil. O fenômeno, embora diga respeito a todas as classes sociais, se concentra entre as meninas de famílias pobres. Elas têm cinco vezes mais chances de engravidar do que meninas de famílias ricas. Uma vez mães, a grande maioria delas encerra seus estudos, o que tende a perpetuar e mesmo a agravar a pobreza transgeracional.

O governo federal pretende enfrentar o problema com um programa nacional em defesa da abstinência sexual. A ideia básica é a de influenciar os adolescentes nas escolas para que evitem qualquer relação sexual antes do casamento. Trata-se de repetir aqui as políticas de “abstinência apenas até o casamento” (*Abstinence-Only-Until-Marriage – AOUM*) em vigor nos EUA e fortalecidas pelo governo Trump que tem, também, desmantelado os programas de prevenção à gravidez na adolescência (*Teen Pregnancy Prevention – TPP*). Em nenhum momento, claro, o governo procurou saber se programas dessa natureza



A ministra Damares Alves propõe enfrentar o problema com um programa nacional em defesa da abstinência sexual. Durante o lançamento da campanha ao lado do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta

funcionam nem seus ministros se interessaram em conhecer as centenas de estudos que já avaliaram o impacto das políticas de abstinência implantadas nos EUA.

Aos que se interessam pela matéria, recomendo dois estudos de revisão: a) Santelli e colaboradores, de 2017, “Abstinência apenas até o casamento: uma revisão atualizada das políticas e programas dos EUA e seu impacto” (*Abstinence-Only-Until-Marriage: An Updated Review of U.S. Policies and Programs and Their Impact*) e b) Fox e colaboradores, de 2019, “Financiamento para a educação apenas com abstinência e prevenção de gravidez na adolescência: a ideologia estatal afeta os resultados?” (*Funding for Abstinence-Only Education and Adolescent Pregnancy Prevention: Does State Ideology Affect Outcomes?*)

O que trabalhos como esses revelam é que programas de abstinência sexual para jovens não funcionam. As evidências científicas mostram que esses programas não retardam o início da vida sexual dos jovens, nem reduzem comportamentos de risco. O que eles fazem, efetivamente, é ampliar a desinformação sobre sexualidade e métodos de contracepção. Os resultados concretos

são, assim, mais e não menos casos de gravidez na adolescência e mais e não menos casos de contaminação de adolescentes por Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Os programas de abstinência americanos implementados por pressão do fundamentalismo religioso evidenciaram, no mais, violações aos direitos dos adolescentes, estigmatizando e excluindo muitos jovens a partir do emprego de noções religiosas como “compromisso com a castidade” (*commitment to chastity*), pelo que adolescentes que se iniciam sexualmente estariam imersos no “pecado”. Tais programas tendem, também, a estigmatizar jovens homossexuais, bissexuais e trans, reforçando os danos causados pelos estereótipos de gênero, o que fragiliza as meninas.

Iniciar-se sexualmente ou adiar essa experiência são decisões igualmente legítimas e respeitáveis. A preocupação pública central deve ser a de se garantir que os jovens tenham todas as informações sobre sua sexualidade, incluindo as formas de contracepção e de proteção contra ISTs e que sejam sensibilizados a evitar comportamentos de risco. Não se faz isso com discursos moralistas, mas com educação sexual.



Fotos: Chris, The Red/Parque Solidariedade/Divulgação

Ação Tapicuru no Parque da Solidariedade ocorrida em 2019. Tapicuru é um pássaro da região

por Marcelo Menna Barreto

No meio do caos de uma cidade que apresenta índices sociais assustadores, em 2017 surgiam os primeiros cartazes colados em muros, pontos de ônibus e até em postes fazendo um apelo: “Procuram-se pessoas que gostem de Alvorada”. Nesse mesmo ano, a cidade da região Metropolitana de Porto Alegre era apontada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada como a 12ª mais violenta do Brasil que entrou tardiamente na era da Earthwork (Arte da Terra). Trata-se de um movimento artístico surgido

nos finais dos anos 1960 em que o terreno em vez de promover o ambiente para uma obra de arte é trabalhado ele próprio com o objetivo de integrar-se à obra.

A partir dos cartazes, logo a ideia do artista plástico Marcelo Chardosim se multiplicou em outras iniciativas. Com ele, cerca de outros 20 ativistas da cidade deram forma ao que batizaram Parque da Solidariedade, movimento para preservação de área com 170 hectares, com inúmeras nascentes e castigada pela erosão. Trata-se de um local devastado

pela especulação imobiliária.

Aos cerca de 170 hectares de terreno rodeado por sete loteamentos dos anos 1970 e 1980, Chardosim faz questão de acrescentar mais 30 hectares, o percurso do arroio Stella Maris que corta e percorre toda a avenida Zero Hora, importante rota da região. “O parque, na realidade, é o riacho e as nascentes que desembocam nele”, explica.

Em tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), o geógrafo Moisés Ortemar Rehbein apontou que, na área onde se “ins-

tituiu” o Parque da Solidariedade, existem 12 mananciais. Só que as águas que brotam na localidade, dando sinais de luta pela vida, estão com suas nascentes degradadas, escondidas, soterradas pela ação daqueles que ergueram o que, hoje, são conhecidos bairros da cidade.

De acordo com Chardosim, o próprio geógrafo Rehbein registra a possibilidade da existência de mais nascentes não identificadas. Certamente, “também sumidas do mapa na época em que se ergueram os loteamentos, sem maiores preocupações ambientais”.



Arte⁺

Arte feita de terra

Arroio que é valão e valão que é arroio

O nome do arroio, por si só, apresenta controvérsias. Relatos de surpresas com o fato do Stella Maris não ser o “Valão”, como também é conhecido, não são poucos. “Tem gente que achava que era esgoto a céu aberto”, explica Chardosim, tamanho o descaso dado ao riacho.

Há ainda os que o chamam de Arroio Feijó, possivelmente porque é o principal da bacia hidrográ-

fica do rio Gravataí, mas também aqueles que não aceitam o nome dado pelo geógrafo Moisés Ortemar Rehbein por ser o nome de um dos bairros, o Stella Maris. “Uma espécie de rixa entre os moradores, por não terem conexões entre si”, fala Chardosim. Em sua tese, Rehbein batizou o riacho devido ao fato da nascente surgir naquela localidade.

Praça vendida, o estopim que faltava

Em 2015, um contrassenso marcou a comemoração dos 50 anos de Alvorada. Enquanto uma verdadeira praça estava sendo extinta e vendida para, entre outros propósitos, sediar uma igreja evangélica, se anunciava o lançamento do primeiro shopping center da cidade, o ironicamente batizado Praça Alvorada. Um detalhe grita: na ocasião da venda dos lotes, os empreendedores diziam que ela seria um espaço de convivência dos moradores. Com o tempo, o discurso mudou, denuncia Chardosim.

Mas, se, desde 2016, as obras do shopping estão interrompidas por problemas financeiros dos investidores, além de uma ação do Ministério Público que questiona a realização de contrapartidas, o fato jo-

gou lenha na fogueira da discussão sobre o Parque da Solidariedade.

Em 2018 o movimento sai do quase anonimato e ganha apoio do Instituto Goethe de Porto Alegre, que também prestou sua solidariedade ao Parque, imprimindo e distribuindo cartazes, na exposição coletiva O Poder da Multiplicação, ocorrida entre setembro e novembro daquele ano, no Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs), e em março de 2019, na Alemanha. O sonho alçou voo e da região Metropolitana de Porto Alegre chegou à Europa. Um livro, exatamente intitulado com o pedido de socorro inicial “Procuram-se pessoas que gostem de Alvorada”, também integrou a iniciativa do Goethe.

Boçorocas, a conta pode cair no bolso de quem menos espera

Também conhecidas como boçorocas ou buracões, são um fenômeno geológico caracterizado por solos degradados com grandes buracos. É um dos resultados das erosões causadas por águas da chuva, rios e ventos, onde a vegetação, ou o pouco que existe dela, não protege mais a terra.

Segundo o geógrafo Antonio Guerra, essas áreas são *bad-lands* (terras ruins). Para ele, os processos erosivos em estágios avançados se iniciaram nos anos 1980, durante a implantação de empreendimentos do grupo Habitasul, que desmatou áreas para lotear na região.

Foi exatamente o desmatamento sem maiores controles que acabou desenvolvendo boçorocas em partes da área do Parque da Solidariedade. A contínua remoção do solo gerou grandes fendas pelo terreno. Uma caminhada a passos largos em direção à Subestação Viamão 3, da Companhia Estadual de Energia Elétrica (Ceee).

Hoje, ela se encontra a cerca de 100 metros do empreendimento que garante confiabilidade operacional ao fornecimento da energia da região. Se por um lado não oferece maiores riscos para o abastecimento, devido às robustas fundações de uma subestação de energia, por outro, muito em breve o custo financeiro dela pode bater no bolso dos consumidores de toda a área de distribuição da Ceee.

Quando a empresa for obrigada a realizar uma obra para mitigar os possíveis efeitos da boçoroca nas proximidades da Viamão 3, o custo pode ser repassado às tarifas, conforme prevê a regulação do setor elétrico nacional. Ou seja, independentemente de residir ou não em Alvorada, o conjunto dos clientes da distribuidora de energia que atende 72 municípios das regiões Metropolitana, Sul, Litoral e Campanha gaúcha vão acabar pagando a conta.

Mais de cem caminhões de lixo

De acordo com o secretário do Meio Ambiente de Alvorada, Rodrigo Schim, a Prefeitura retirou mais de cem carretas de lixo da área que – em sua opinião – foram deixadas abandonadas pela Habitasul, que projeta outro empreendimento no local.

Paralelo a isso, os artistas do Earthwork promovem caminhadas para contemplar, dialogar, descobrir, experimentar e pensar; é o projeto Parque Pintura, onde a terra do Parque se transforma em pigmentos, verdadeiras tintas das mais variadas tonalidades do solo degradado.

Diálogos sobre arte e ecologia e atividades como o *Festival do Barro*, entre outras tantas atividades, também acontecem. No *Festival do Barro*, Marcelo Chardosim e Vera Junqueira, outra artista plástica moradora de Alvorada, apresentaram o Tear humano com pintura de barro nos tecidos e corpos.

O sonho dos envolvidos no projeto Parque da Solidariedade é que a iniciativa se torne, de fato, um espaço público para aqueles que, conforme o apelo inicial, “gostem de Alvorada”. Nesse sentido, um importante apoio entrou em cena: a própria Prefeitura Municipal, que foi contagiada por aqueles que se uniram para demonstrar seu amor à cidade. A promessa é dar início às tratativas com a Habitasul o mais rápido possível, levando em conta impostos atrasados da empresa com o município, diz o secretário Schim ao relatar recente reunião com o prefeito José Arno Appolo do Amaral (PMDB).

A “terra ruim” como espaço de arte na busca da revitalização

Ao ver as fotos apresentadas do local mostradas pela reportagem do Extra Classe, Rualdo Menegat, professor do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), exclamou: “Uau! Uma gigantesca bossoroca. Não sabia de processos erosivos com essa intensidade na região Metropolitana”.

Geólogo, mestre em Geociências, doutor em Ciências na área de Ecologia de Paisagem e com forte respeito internacional, a opinião de Menegat carrega um valor extremo para os idealizadores do Parque da Solidariedade.

Além dos sintomas característicos da erosão, o terreno onde informalmente se ergue o Parque da Solidariedade transformou-se durante anos em um verdadeiro “lixão”. A grande densidade demográfica em sua volta e os precários serviços públicos de coleta de lixo e saneamento propiciaram isto.

Agora, também com o apoio da Prefeitura de Alvorada, os que lutam pelo Parque da Solidariedade investem forte na limpeza da região.



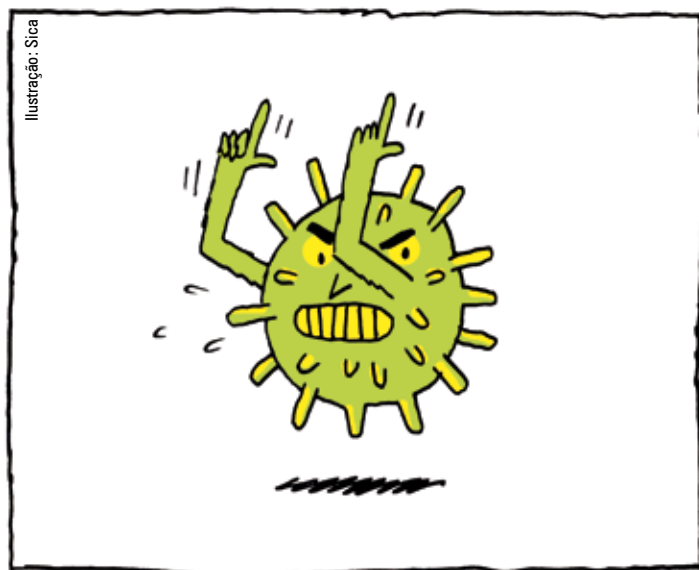
Foto: Suzana Pires/Parque Solidariedade/Divulgação

Marcelo Chardosim, artista plástico



FRAGA

Vírus – modo de usar



Não importa de onde venha, como é transmitido, que estragos faça na saúde: pra poder desfrutar da vida interior do cidadão, deve esperar na fila dos novos vírus. Letal ou não, tem que saber que já damos abrigo aos vírus que chegaram antes. Afinal, preencheram requisitos e se instalaram em nós segundo preceitos da OMS. Não podem ter seu espaço invadido. Vamos às regras virulentas:

Origem – Todo vírus recém-surgido só pode ingressar num brasileiro se vier com o respectivo comprovante de residência do país de onde vem, seja do 1º ou do último mundo. Se não tiver o documento, o vírus deve ficar de quarentena numa embaixada ou consulado do Brasil. Só depois de internizar esses núcleos governamentais é que terá permissão para vir zonear nosso tão zoneado Brasil.

Doença – Os novos vírus precisam se aperfeiçoar e definir os males que transmitem. A Ciência já tem extenso catálogo de doenças, não custa nada o novo vírus se orientar e se cadastrar de acordo com os anais da Medicina. Que se preparem pra contaminar as pessoas conforme um dano específico. E se for um vírus ainda desconhecido, que adote logo uma identidade.

Nome – É sabido que os vírus complicam a vida dos sanitaristas: em vez de nome, preferem siglas, como aquelas gripes que ninguém sabe direito qual é uma, qual é outra. Felizmente existem vírus cientes dessa bagunça e já assumem outra postura. O Coronavírus, por ex., soube se distinguir de tantos outros. Adotou nome fácil de pronunciar e lembrar. Só por isso já provoca simpatia até naqueles que infecta.

Sintomas – Os novos vírus têm que ter noção do que provocam. São milhares de sintomas que o ser humano está apto a expressar. Cada vírus que quiser se instalar em alguém terá que se decidir por quais sintomas: deve escolher aqueles que combinam e não confundam médicos e pacientes. Espirros são aceitáveis, mas só pelo nariz. Vômito e diarreia também devem ser pelos canais tradicionais. A temperatura pode ser febril mas jamais "sensação térmica".

Contágio – É a parte mais séria da atuação de um vírus recém-chegado. Tem que botar ordem nisso daí, talquei? Contágio tem vias estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Pra quê mexer no time que tá contaminando tão bem? Aperto de mão, beijos, tapa na cara, socos, tudo é válido e fácil de comunicar nas campanhas preventivas. Há vírus traiçoeiros, porém: adoram infectar pelo ar. Imagina o povo ter que se cuidar de bafo, perdigotos, bocejos e suspiros. Como se sabe, o ar é o transporte favorito dos vírus.

Vacina – Se o sarampo e a tuberculose voltaram, sinal que os novos vírus se sentirão em casa.

Prevenção – Temos que torcer que os novos vírus saibam diferenciar gente com máscara protetora e gente mascarada. Que infectem as pessoas certas!

PROGRAMAÇÃO
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em ecarta.org.br ou 51. 4009.2971.

SHOWS

Porto Alegre | 18h | entrada franca

7/3 – Dona Conceição apresenta *Asè de Fala*, álbum autoral independente do músico, compositor, percussionista e poeta gaúcho.

21/3 – Ortácio, Borghetti, Salazar & Poty apresentam *Músicas Novas*



Foto: Vini Angeli

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | entrada franca

12/03 – Inauguração da mostra **Seleção Ecarta – Milton Kurtz**.

O projeto consiste em apresentar, anualmente, expressivos nomes da produção artística no RS e reunir, em torno do artista, outros olhares por meio da produção textual de pesquisadores, críticos e curadores convidados. Para esta mostra, foram convidados: Carolina Haderich, Celma Paese, Chico Soll, Cristiano Goldschmidt, Cristina Barros, Diego Groisman, Diego Hasse, Diones Camargo, Felipe Caldas, Guilherme Fuentes, Henrique Menezes, João de Ricardo, Laura Cattani, Marina Roncatto, Mel Ferrari, Nina Sanmartin, Renata Voss, Roger Lerina, Ulisses Carrilho, Vitor Necchi.

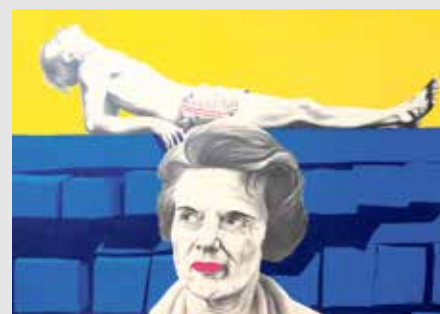


Foto: Milton Kurtz

EDITAL DE SELEÇÃO – 1º Festival Internacional de Video-Dança do RS – FIVRS.

Até 31/3 – Período de inscrições. Os trabalhos serão selecionados por comissão de especialistas internacionais. A abertura do Festival será no dia 29 de abril na Ecarta, com itinerância pelo interior do estado.

VINHO Porto Alegre

Peru, história e ancestralidade – vinho e pisco.

Apresentação: Claússia Neumann da Cunha.

4/3 | 19h30 | Inscrição: R\$ 45,00.

ECARTA ANFITRIÃ Porto Alegre

Até 31/3 – Inscrições abertas – 1º Encontro de Estudos Ciganos, que será realizado de 4 a 5 de abril. A atividade contará com quatro palestras e um show musical.



VERISSIMO

Apatifam-nos

O apatifamento de uma nação começa pela degradação do discurso público e pela baixaria como linguagem corriqueira, adotada nos mais altos níveis de uma sociedade embrutecida

"Apatifar", nos diz o Aurélio, significa tornar desprezível, aviltar, envilecer. Pessoas se apatifam, nações inteiras podem se apatifar, ou serem apatifadas. O mundo hoje vive uma assustadora onda de contágio viral que, espera-se, acabará controlada ou, eventualmente, desaparecerá. Já patifaria não mata, mas também contagia, com a diferença de que não tem nem perspectiva de cura.

É impossível observar o Brasil de hoje sem a sensação de estar assistindo a uma pantomima tragicômica, a decomposição de um Estado que, dissessem o que dissessem de governos anteriores - inclusive os lamentáveis - mantinham, pelo menos, a linha, o que é mais do que se pode dizer da atuação de Bolsonaro & Filhos no palco do poder.

Agora se entende por que Bolsonaro insistia em dizer que não houve um golpe em 1964 nem

uma ditadura militar nos 20 anos seguintes: ele queria montar o seu próprio regime militar, enchendo o Planalto de generais de fatiota que deixam seus tanques no estacionamento e entram pela rampa principal, rindo da gente. Implícita nessa original tomada do poder está a ideia imorredoura de que só uma casta iluminada, os militares, sabem governar um país.

O apatifamento de uma nação começa pela degradação do discurso público e pela baixaria como linguagem corriqueira, adotada nos mais altos níveis de uma sociedade embrutecida. Apatifam-nos pelo exemplo. Milícias armadas impõem sua lei do mais forte e mais assassino com licença tácita para matar. Há uma guerra aberta com a área de cultura e a ameaça de um retrocesso obscurantista nas prioridades de um governo que ainda não aceitou Copérnico, que dirá Darwin. Aumentam os cortes de gastos so-



ciais além de cortes em direitos históricos dos trabalhadores. Aumenta a defloração da Amazônia. Aumentam as ameaças à imprensa.

E aumenta a suspeita de que na Universidade de Chicago o Paulo Guedes só assistiu às aulas de bobagens para dizer caso a economia não deslanche.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



**Estudantes satisfeitos são
a melhor propaganda
para uma instituição de ensino.
Para isso, os professores
também devem estar.**

A lógica do pensamento liberal vigente é "**ou empregos ou direitos**". Assim como aprovar a Reforma da Previdência para o Brasil voltar a crescer, aprovar a Reforma Trabalhista para gerar empregos, vender estatais para investir no social. Nada disso se cumpriu! Temos uma economia paralisada, desemprego, dólar batendo recorde, combustíveis e gás de cozinha com preços exorbitantes.

Nesse contexto, inicia a negociação para renovar as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho e **nossos direitos são premissas para uma educação de qualidade.**

Campanha
Salarial 2020

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão